

Perspectivas Econômicas

Volume 6

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Número 3

COMO COMBATER A POBREZA GLOBAL



Setembro de 2001

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Como Combater a Pobreza Global

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS - PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA - VOLUME 6, NÚMERO 3, SETEMBRO DE 2001

O percentual da população mundial que vive na pobreza caiu sensivelmente ao longo das últimas décadas. Ainda assim, como a população global total aumentou, o número absoluto de pobres permaneceu inalterado em cerca de 1,2 bilhões, apesar de numerosas iniciativas bilaterais e multilaterais de combate à pobreza. A questão enfrentada pelos elaboradores políticos é como fornecer assistência ao desenvolvimento de forma que seja eficaz com relação ao custo e beneficie diretamente os pobres.

Um tema comum para os artigos apresentados nesta Publicação, "Como Combater a Pobreza Global", é que a assistência externa ajudará a reduzir a pobreza somente no contexto de políticas apropriadas (mecanismos orientados para o mercado que incentivem o investimento privado, boa governabilidade, comércio liberalizado e investimentos em capital humano) nos países que recebem auxílio. Por fim, os autores argumentam que a redução da pobreza precisa ser orientada para o aumento da produtividade, ganhos de rendimentos e maior crescimento econômico.

Os países mais bem sucedidos na redução da pobreza, escreve o secretário do Tesouro dos EUA Paul O'Neill, são aqueles que adotaram gerenciamento econômico apropriado, incentivaram o investimento privado e o livre comércio e promoveram boa governabilidade e o estado de Direito. O'Neill incentiva concessões de doações maiores e mais dirigidas pelas instituições financeiras internacionais; tema também abordado pelo professor Adam Lerrick, da Universidade Carnegie Mellon, que argumenta que uma mudança para doações adicionais não esgotaria os recursos do Banco Mundial, como acusam alguns críticos da idéia.

A segurança alimentar e a redução da fome dependem, entre outras coisas, da definição dos direitos de propriedade para pequenos fazendeiros, tecnologia e fornecimento de redes de segurança social aos mais vulneráveis às reformas econômicas, afirma a secretária de Agricultura dos Estados Unidos, Ann Veneman. O economista do Instituto Cato Ian Vásquez também destaca a questão de direitos de propriedade, bem como a correlação entre liberdade econômica e redução da pobreza.

O desenvolvimento da participação do país em nova rodada global de negociações comerciais que reduz as barreiras nas economias industriais e emergentes apresenta tremendo potencial para a redução dos custos de vida em países em desenvolvimento, desencorajar a corrupção e conduzir à melhor qualidade de vida para os pobres, escreve o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Alan Larson. O diretor-gerente do FMI Horst Köhler também considera o comércio fundamental para a redução da pobreza e incentiva assistência técnica maior e melhor coordenada pelo FMI, Banco Mundial e outros doadores para apoiar as estratégias de redução da pobreza na África.

Andrew Natsios, administrador da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), descreve as prioridades de redução da pobreza da sua agência para o futuro: desenvolvimento agrícola, apoio à microiniciativa, educação de mulheres e meninas e pesquisa e tratamento da Aids e outras doenças.

A publicação também inclui colaborações de John Sullivan, diretor executivo do Centro para a Iniciativa Privada Internacional, sobre a importância da boa governabilidade e transparência na promoção do desenvolvimento; David Satterthwaite, do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sobre por quê é importante compreender as diferenças entre a pobreza rural e urbana; e da professora Susan Martin, da Universidade de Georgetown, sobre como as remessas de dinheiro dos trabalhadores estão apresentando impacto positivo sobre o desenvolvimento de economias nacionais.

A publicação conclui com relações de indicadores de pobreza e remessas de dinheiro dos trabalhadores em países selecionados, leituras adicionais sobre a pobreza, contatos importantes e sites na Internet, além de um gráfico que exhibe onde e em quais setores é gasto o auxílio ao desenvolvimento. Esperamos que os pontos de vista dos especialistas representados nesta edição de *Perspectivas Econômicas* ajude a estimular discussões adicionais sobre as estratégias de redução da pobreza global.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

ÍNDICE

COMO COMBATER A POBREZA GLOBAL

□ EM FOCO

O COMBATE À POBREZA GLOBAL

6

Paul O'Neill, secretário do Tesouro dos EUA

Ao longo dos últimos cinquenta anos, os benefícios gerais do auxílio bilateral e multilateral foram desapontadores. A comunidade internacional pode fazer um trabalho melhor no combate à pobreza global, dedicando maior atenção ao auxílio para o aumento da produtividade dos países.

A CONTRIBUIÇÃO NORTE-AMERICANA À AGRICULTURA GLOBAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

10

Ann M. Veneman, secretária da Agricultura dos EUA

A redução da fome exige programas e políticas que abram os mercados ao comércio agrícola, aumentem a infra-estrutura e os sistemas de transporte, definam os direitos de propriedade dos pequenos fazendeiros, forneçam redes de segurança aos grupos mais vulneráveis e, a longo prazo, atinjam crescimento econômico em bases amplas e a geração de receita.

CONSTRUIR A PROSPERIDADE SIGNIFICA INVESTIR NAS PESSOAS

14

Andrew S. Natsios, administrador, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

A menos que o mundo enfrente as questões de pobreza e fome, podemos esperar a disseminação das crises humanitárias, conflitos internos mais violentos e a deterioração das condições das pessoas mais pobres do mundo.

LIBERAÇÃO DO COMÉRCIO PARA COMBATER A POBREZA

18

Alan Larson, subsecretário para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas, Departamento de Estado dos Estados Unidos

A liberalização do comércio pode ser uma ferramenta poderosa para incentivar o desenvolvimento e reduzir a pobreza global. O livre comércio reduz o custo das necessidades básicas, desencoraja a corrupção e permite que a democracia cresça, gerando melhor qualidade de vida, especialmente para os pobres.

□ COMENTÁRIOS

COMO ELIMINAR A POBREZA EM MASSA

21

Ian Vásquez, diretor, Projeto de Liberdade Econômica Global, Instituto Cato

O crescimento econômico é o único caminho para eliminar a pobreza em massa. Estender o sistema de proteção de direitos de propriedade para que inclua a propriedade das pessoas pobres será uma das estratégias mais importantes de redução da pobreza que uma nação poderá tomar.

DOAÇÕES PARA OS POBRES DO MUNDO: MAIS AUXÍLIO, MESMO CUSTO

25

Adam Lerrick, diretor, Centro Gailliot de Política Pública e professor de Economia, Universidade Carnegie Mellon

Os bancos de desenvolvimento multilateral deverão fornecer doações, e não empréstimos, para as nações pobres do mundo. Essas doações não esgotariam os recursos do Banco Mundial, nem exigiriam financiamento adicional dos países doadores.

PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AFRICANO **28**

Horst Köhler, diretor gerente, Fundo Monetário Internacional

É indubitável que o FMI, o Banco Mundial e outros doadores necessitarão fornecer assistência técnica maior e melhor coordenada para apoiar as estratégias de redução da pobreza na África.

DEMOCRACIA, GOVERNO E O MERCADO **32**

John D. Sullivan, diretor executivo, Centro para a Iniciativa Privada Internacional

As instituições governamentais e organizações auto-reguladoras necessitam desempenhar papéis fundamentais para assegurar que as normas sejam justas, apliquem-se a todos, sejam transparentes e executadas. A comunidade comercial necessita fazer sua parte, eliminando a corrupção que é tão devastadora para o crescimento econômico e redução da pobreza.

POBREZA RURAL E URBANA: ENTENDENDO AS DIFERENÇAS **37**

David Satterthwaite, diretor, Programa de Assentamentos Humanos, Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

As definições de pobreza com base nos níveis de renda não refletem as muitas formas de privações causadoras da pobreza rural e urbana, com o resultado de que as nações e organizações multilaterais subestimam quantas pessoas vivem em pobreza e em quais condições.

REMESSAS DE DINHEIRO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO **41**

Susan F. Martin, diretora, Instituto para o Estudo da Migração Internacional, Universidade de Georgetown

As remessas de fundos estão apresentando impacto positivo muito maior sobre as economias dos países em desenvolvimento que o reconhecido anteriormente. Cada dólar remetido está produzindo dólares adicionais em crescimento econômico para as empresas que produzem e fornecem produtos adquiridos com esses recursos.

□ FATOS E NÚMEROS

INDICADORES DE POBREZA **44**

RELAÇÃO DE PAÍSES POR GRUPO DE RENDA **49**

ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO E SEU DESTINO **51**

REMESSAS DE DINHEIRO DOS TRABALHADORES **52**

□ RECURSOS DE INFORMAÇÕES

CONTATOS IMPORTANTES E SITES NA INTERNET **54**

LEITURAS ADICIONAIS SOBRE POBREZA **56**

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Volume 6, Número 3, Setembro de 2001

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda de Política Externa dos EUA* e *Sociedade e Valores dos EUA* — fornecem declarações sobre a política norte-americana, bem como análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas

Todas as edições aparecem em versões em inglês, francês, português e espanhol, com edições selecionadas sendo também publicadas em árabe e russo. As edições em inglês são publicadas em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês em duas a quatro semanas.

As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e pela contínua acessibilidade de sites da Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os responsáveis por esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que contenham restrições específicas de direitos autorais sobre o seu uso. Potenciais usuários de fotos com crédito são obrigados a obter a autorização de uso junto à fonte mencionada.

Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice das publicações futuras, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura online, transferência, download e impressão.

Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos, ou aos escritórios editoriais:

Editor, *Perspectivas Econômicas*
IIP/T/ES
Departamento de Estado dos Estados Unidos
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
Estados Unidos da América
E-mail: ejecon@pd.state.gov

Editor chefe. Judith Siegel
Editor. Jonathan Schaffer
Editor Gerente. Kathryn McConnell
Editores Associados. Wayne Hall
. Kathleen Hug
Editores Colaboradores. Eileen Deegan
. Martin Manning
. Bruce Odessey
. Warner Rose
. Berta Gomez

Diretor de Arte. Sylvia Scott
Corpo Editorial Howard Cincotta
. Judith Siegel
. Leonardo Williams

Fotos: Banco Mundial e (superior à direita) IIP

Departamento de Estado dos Estados Unidos
Escritório de Programas Internacionais de Informação
Setembro de 2001

❑ O COMBATE À POBREZA GLOBAL

Paul O'Neill, secretário do Tesouro dos Estados Unidos

"Ao longo dos últimos 50 anos, os benefícios gerais do auxílio bilateral e multilateral foram desapontadores", afirma o secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill. A comunidade internacional pode fazer um trabalho melhor no combate à pobreza global, afirma ele, dedicando maior atenção ao auxílio para que os países tornem-se mais produtivos.

O'Neill também destaca que os países que foram consistentemente bem sucedidos tomam decisões políticas inteligentes em quatro áreas fundamentais: incentivo à iniciativa privada através de mecanismos orientados para o mercado; reconhecimento da importância da boa governabilidade e administração pública competente; abertura das economias ao comércio e investimentos; e capacidade de construção através de investimentos em capital humano e transmissão das melhores práticas.

Uma nova forma de analisar o desenvolvimento, pedra fundamental de qualquer esforço de redução da pobreza, não é apenas um imperativo moral, mas também necessidade econômica. Conforme afirmou o presidente George W. Bush: "Um mundo onde alguns vivem em conforto e plenitude, enquanto a metade da raça humana vive com menos de 2 dólares por dia, não é justo nem estável".

Durante 40 anos de viagens e trabalho em todo o mundo, observei pessoalmente a tragédia da pobreza: crianças afligidas por doenças por não contarem com itens básicos, como água limpa e esgotos, e adultos que não conseguem ganhar o suficiente para alimentar suas famílias. Muito frequentemente, lutas pessoais são intensificadas quando o tecido sócio-político circunvizinho se desgasta; má governabilidade, conflitos e instabilidade política, HIV/Aids e outras doenças infecciosas e vulnerabilidade a desastres naturais exercem maior poder sobre os membros mais vulneráveis da sociedade.

Se desejamos repensar o desenvolvimento, necessitamos primeiramente utilizar as lições da experiência, colher

sucesso dos fracassos ao criar soluções inovadoras para problemas básicos. Na minha opinião, alguns princípios fundamentais são as bases do sucesso futuro.

FOMENTAR O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE PARA INCENTIVAR MAIOR CRESCIMENTO

Elevar a produtividade (a quantidade produzida por cada trabalhador) tem sido a força direcionadora por detrás dos aumentos do crescimento econômico e elevação da renda per capita em toda a história. Uma economia em expansão traduz-se, por sua vez, em melhores empregos, salários mais altos e melhor padrão de vida para todos. Em recente documento de John Page no Instituto do Banco Mundial, as diferenças de produtividade foram selecionadas como a razão mais importante para a aguda dicotomia entre o crescimento econômico espetacular experimentado no Leste Asiático ao longo dos últimos 25 anos e o lento crescimento do Oriente Médio e norte da África (o crescimento da produtividade nessas regiões foi negativo).

O que permite às pessoas tornarem-se mais produtivas? Muitas coisas: estabelecimento de capital humano e instituições básicas como sistemas legais, que ofereçam os incentivos corretos de recompensa ao trabalho duro, remoção de obstáculos comerciais gerados pelo governo, ensino de novas técnicas e até mesmo o desenvolvimento de coisas que muitos de nós consideramos comuns, tais como o funcionamento de sistemas de esgoto e água limpa para eliminar as doenças.

Os países que vêm sendo bem sucedidos tomam decisões políticas inteligentes de forma consistente em quatro áreas: (1) incentivo à iniciativa privada através de mecanismos orientados para o mercado; (2) reconhecimento da importância da boa governabilidade e administração pública competente; (3) abertura das economias ao comércio e investimentos; e (4) estabelecimento de capacidade através de investimentos em capital humano e transmissão das melhores práticas.

Em primeiro lugar, as políticas orientadas para o mercado são essenciais para a utilização dos benefícios do mercado global cada vez mais interconectado de hoje em dia. Acima de tudo, um país necessita contar com bases fiscais e monetárias saudáveis para a estabilidade econômica. O incentivo à concorrência entre empresas privadas também é fundamental, pois a inovação é o motor do crescimento. A adoção generalizada de mecanismos orientados para o mercado gerou oportunidades sem precedentes e avanços importantes no bem estar humano ao longo das últimas décadas, oferecendo maiores oportunidades a mais pessoas do que nunca. Compare, por exemplo, o crescimento econômico sustentado ocorrido nos Estados Unidos e nossos parceiros na Europa e Japão ao longo dos últimos 50 anos com o fracasso de economias com planejamento central, tais como a antiga União Soviética e a Coreia do Norte.

Em segundo lugar, os governos necessitam assumir a responsabilidade de criação das condições institucionais e incentivos necessários para incentivar a produtividade e a iniciativa individual. Estas dependem de uma cultura empresarial em que existam o estado de Direito, contratos executáveis e administrações governamentais estáveis e transparentes. A corrupção é ainda muito mais impregnante e permanece sendo uma barreira enorme ao investimento doméstico e estrangeiro, um imposto sobre a eficiência econômica e progresso social que os países pobres mal podem pagar.

Em terceiro lugar, a liberalização do comércio é essencial. Um recente documento de David Dollar e Aart Kraay do Banco Mundial demonstra que o comércio vem sendo o principal direcionador do crescimento econômico nas últimas três décadas. No documento, Dollar e Kraay demonstram que, desde 1980, as rendas per capita dos países em desenvolvimento que reduziram tarifas e aumentaram o volume real de comércio estão se aproximando dos países mais ricos, enquanto os "não globalizados" estão caindo e ficando ainda mais para trás.

Ainda assim, a liberalização isoladamente não é suficiente. Ela deve ser complementada por políticas destinadas ao incentivo à iniciativa do setor privado, a fim de gerar mais empregos e fornecer a infra-estrutura básica exigida pelos produtores agrícolas e outros de pequeno porte. Existe uma correlação particularmente forte entre o crescimento agrícola e a redução da pobreza. Políticas que promovam a educação e o treinamento permitirão que os pobres concorram pelo tipo de emprego especializado exigido pelos mercados abertos e facilitarão o ajuste mais rápido

ao inevitável deslocamento que acompanha as mudanças. A globalização deve ser abraçada como oportunidade, e não menosprezada como potencial ameaça.

Embora a comunidade internacional tenha reconhecido a importância de que os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduza as barreiras comerciais à importação dos países mais pobres, deve-se também dedicar maior atenção à necessidade de que os países em desenvolvimento reduzam as barreiras comerciais entre si. O imposto médio de importação entre países em desenvolvimento é 20% mais alto para produtos agrícolas e três vezes mais alto para produtos industrializados que as barreiras que protegem os mercados dos países da OCDE, por exemplo.

Em quarto lugar, os serviços sociais básicos, tais como saúde e educação, são vitais para permitir a qualquer população participar e contribuir com a atividade econômica. A história recente dos Estados Unidos torna claro como são cruciais a melhoria da educação e o fácil acesso ao capital. Isto é particularmente verdadeiro sobre o setor agrícola. À medida que os fazendeiros aprendiam novas técnicas e desenvolviam novas máquinas, a produção por unidade de trabalho agrícola cresceu em mais de oito vezes entre 1948 e a década de 1990. Por outro lado, o valor agregado da agricultura por trabalhador na África subsaariana é menor agora que há 20 anos.

ASSISTÊNCIA EXTERNA

As pesquisas demonstraram que, quando o ambiente político de um país engloba os quatro elementos discutidos acima, a assistência externa apresenta impacto positivo e significativo. Ainda ao longo dos últimos 50 anos, os benefícios gerais do auxílio bilateral e multilateral foram desapontadores. Isso é particularmente verdadeiro nos países mais pobres. Este fato enfatiza a importância da concentração de assistência em países comprometidos com políticas adequadas de desenvolvimento que incentivem o aumento da produtividade. O auxílio necessita ser utilizado de forma inteligente, como parte de esforços bem dirigidos, bem coordenados e rigorosos na avaliação de resultados.

REFORMA DOS MDBs: AGENDA CENTRAL

O Banco Mundial e seus correspondentes regionais detêm importante papel a desempenhar no desenvolvimento econômico. Entretanto, o trabalho dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) tem sido muito difuso. Essas instituições necessitam concentrar-se em países com ambiente político saudável e operações que elevem a produtividade. Gostaria de sugerir três áreas prioritárias:

Primeiramente, as pessoas necessitam de saúde, conhecimento e técnica caso desejem ser mais produtivas. Mas, nos últimos anos, a educação representou apenas 7% de todos os empréstimos do Banco Mundial. O presidente Bush convocou todos os MDBs a aumentarem a parcela de financiamento dedicada à educação e comprometer esse apoio mais diretamente a resultados claros e mensuráveis. O presidente também propôs que os MDBs aumentem dramaticamente a parcela do seu financiamento fornecido na forma de doações aos países mais pobres e menos favorecidos pelo crédito.

Em segundo lugar, os investimentos dos MDBs devem ajudar a incentivar a produtividade das economias dos tomadores de empréstimos, removendo as restrições econômicas que atrasam o progresso. Isso pode ser feito, por exemplo, aumentando-se a infra-estrutura e os serviços necessários para criar economias rurais vibrantes, fortalecendo os sistemas reguladores necessários para apoiar o estabelecimento competitivo de pequenas e médias empresas, fornecendo acesso ao capital original para iniciar novos negócios e auxiliando as instituições e nações especializadas a beneficiarem-se do comércio.

Em terceiro lugar, os MDBs deverão concentrar esforços para promover a boa governabilidade e assistir os tomadores de empréstimos no gerenciamento e monitoramento dos seus gastos públicos, aumento do fornecimento de serviços, assegurando a responsabilidade para com recursos públicos e de doadores.

É fundamental que os MDBs dediquem maior prioridade sobre o fortalecimento da coordenação entre si, assegurando que sua administração interna seja transparente e irrepreensível. Esforços mais elaborados deverão também ser feitos para reduzir a sobrecarga administrativa sobre os tomadores de empréstimos, harmonizando-se as políticas dos doadores ao padrão mais alto apropriado.

A INICIATIVA PAÍSES POBRES ALTAMENTE ENDIVIDADOS

A iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) oferece oportunidade única para aumentar as perspectivas econômicas desses países mais pobres e mais altamente endividados que estejam comprometidos com políticas saudáveis. Em combinação com políticas sócio-econômicas apropriadas, o perdão de dívidas do HIPC pode fazer importante diferença. Vinte e três países estão agora recebendo perdão do HIPC. Entretanto, o sucesso final do HIPC será medido não pelo número de beneficiários, nem pelo nível de perdão de dívida recebido, mas sim pela extensão a que esse perdão contribua ao desenvolvimento e à redução da pobreza. Seu impacto tangível dependerá de como os recursos liberados forem utilizados para catalisar reformas políticas. Como afirmou o presidente Bush, os Estados Unidos são e continuarão a ser líderes mundiais no perdão responsável de dívidas.

Começamos a observar progressos notáveis. A Guiné vem executando programa notável de reforma da educação, com auxílio do USAID e outros doadores, que elevou as taxas de matrícula em escolas primárias na última década de 26% ao objetivo de 62% em 2001; o orçamento de educação aumentará em 39% este ano, como resultado de perdão provisório do HIPC. A Tanzânia privatizou virtualmente todo o seu sistema bancário e fortaleceu seus regimes reguladores. Isso gerou um aumento do número de bancos de dois para 19 (dos quais doze são estrangeiros) e estabeleceu o palco para maior concorrência e aumento do crédito disponível para o setor privado. Moçambique abandonou a economia marxista e assumiu importante compromisso com o crescimento liderado pelo setor privado. As empresas públicas representam agora menos de 20% da produção industrial, em comparação com 66% em 1990, e espera-se que o crescimento econômico retorne à faixa de 10% este ano, após as enchentes devastadoras do ano passado. Em 1º de janeiro de 2000, os oito países da União Econômica e Monetária do Oeste Africano eliminaram barreiras comerciais entre si e colocaram em vigor uma tarifa externa comum que é mais simples e muito mais baixa que os sistemas nacionais que substituiu.

CONCLUSÃO

Embora não tenhamos todas as respostas ao desenvolvimento, podemos e precisamos fazer trabalho melhor, aprendendo a partir dos nossos sucessos e dos nossos fracassos. Podemos encorajar-nos com as oportunidades abertas pela tecnologia em constante evolução. O desafio que enfrentamos é o auxílio aos países menos desenvolvidos para que busquem essas mesmas oportunidades.

Uma economia global saudável exige que todos os países realizem seu mais alto potencial. Uma economia mundial cada vez mais aberta proporciona as melhores bases possíveis para os esforços internacionais de colaboração necessários para atender os sérios desafios sócio-econômicos enfrentados pelos países mais pobres. □

□ A CONTRIBUIÇÃO NORTE-AMERICANA À AGRICULTURA GLOBAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Ann M. Veneman, secretária de Agricultura dos Estados Unidos

A segurança alimentar é mais do que apenas a produção de alimentos, nutrição ou auxílio alimentar, afirma a secretária de Agricultura dos Estados Unidos, Ann Veneman. A redução da fome, afirma ela, exige uma série de programas e políticas que abram os mercados ao comércio agrícola, eliminem os subsídios à exportação de países desenvolvidos, melhorem os sistemas de infra-estrutura e transporte, definam os direitos de propriedade dos pequenos fazendeiros, forneçam redes de segurança aos grupos mais vulneráveis, explorem os avanços tecnológicos, particularmente, em biotecnologia e, a longo prazo, atinjam o crescimento econômico com bases amplas e geração de receita.

Veneman afirma que a comunidade mundial está longe de atingir os objetivos de redução da fome estabelecidos em 1996. Ela afirma que o foco da atenção não deve ser apenas a África subsaariana, mas também a Ásia, que possui o maior número absoluto de pessoas mal nutridas e subnutridas.

Segurança alimentar significa simplesmente que todas as pessoas tenham acesso permanente a alimentos suficientes para atender às necessidades alimentares para uma vida saudável e produtiva. Ela depende da disponibilidade e acesso aos alimentos e seu uso apropriado. A segurança alimentar é um requisito prévio para o desenvolvimento econômico sustentável e igualitário e, realmente, fator fundamental para a estabilidade sócio-econômica em todos os países.

A segurança alimentar é claramente mais do que apenas a produção de alimentos, nutrição ou auxílio alimentar. A redução da fome, severa manifestação da pobreza, depende, a longo prazo, do crescimento econômico sustentável em bases amplas e geração de receita. Em muitos países pobres, ela depende de um setor agrícola sustentável e produtivo. Para atingir essas condições, os países necessitam investir em áreas rurais para fortalecer a agricultura, sistema alimentar e infra-estrutura, restaurando e conservando recursos naturais fundamentais

para a produção agrícola. Isso exige investimento público e privado, doméstico e externo.

Atualmente, o mundo não está a caminho de atingir o objetivo de redução do número de pessoas famintas de 800 milhões para 400 milhões até 2015, estabelecido na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996. Na realidade, a velocidade de redução é menor que a metade da velocidade necessária. Três quartos das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais, o que enfatiza que o desafio de alimentar populações crescentes está realmente expandindo a atividade econômica em áreas rurais. Além das restrições ao crescimento do passado, o HIV/AIDS afeta agora drasticamente a nutrição, segurança alimentar, produção agrícola e sociedades rurais em muitos países, prejudicando ainda mais a capacidade da comunidade mundial em atingir os objetivos de redução da fome. A África subsaariana é mais afetada devido a esses fatores e é objetivo óbvio de esforços de segurança alimentar. A Ásia, entretanto, possui o maior número absoluto de pessoas mal nutridas e subnutridas e também necessita ser foco de atenção.

Na Cúpula Mundial de Alimentação, as nações participantes, incluindo os Estados Unidos, comprometeram-se com o objetivo estabelecido pela Organização Alimentar e Agrícola (FAO) das Nações Unidas. O governo e a sociedade civil desenvolveram o Plano de Ação Norte-Americano sobre Segurança Alimentar de 1999, como estratégia norte-americana para atingir os objetivos de redução da fome internacional e doméstica.

Em novembro, a FAO realizará a Cúpula Mundial Alimentar: cinco anos mais tarde, para que as nações analisem o progresso e se comprometam novamente com o objetivo de redução da fome. Esta é uma oportunidade para que os Estados Unidos demonstrem forte liderança no atendimento à segurança alimentar.

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA FOME E MÁ NUTRIÇÃO

Infelizmente, não existe solução simples ou conveniente para combater a fome e má nutrição. No Plano de Ação dos Estados Unidos, desenvolvido com sugestões das agências governamentais, organizações religiosas e sem fins lucrativos e cidadãos privados, os Estados Unidos identificaram diversas estratégias para atender a esse problema global. Elas incluem: expansão da produção agrícola, especialmente através da tecnologia e pesquisa agrícola; fornecimento de programas sociais contínuos às pessoas mais vulneráveis do mundo, especialmente mulheres e crianças; expansão do comércio e realização de nova rodada de negociações comerciais globais; melhoria dos métodos para assegurar a segurança alimentar; e continuidade do auxílio alimentar a países com situações de emergência.

É necessário uma agricultura mais produtiva para alimentar o crescimento econômico preciso para reduzir a pobreza em países com alimentos inseguros; em sua maioria, as áreas rurais são as que possuem alimentos mais inseguros. A pesquisa agrícola é fundamental para o desenvolvimento e adoção de variedades de safras e aumento dos rendimentos de produção agrícola e pecuária, tão essenciais para ajudar a reduzir a má nutrição e a fome. Além disso, a redução de opções de recursos terrestres e aquáticos e o aumento da população e das tensões ambientais torna fundamental a ênfase na biotecnologia, uma das escassas ferramentas novas que detemos para combater essas restrições. A biotecnologia também pode aumentar os aspectos nutricionais e outros de qualidade dos produtos alimentícios, para benefício de todos os consumidores. O governo dos Estados Unidos está reforçando esta ênfase através de apoio adicional à pesquisa agrícola internacional.

A segurança alimentar naturalmente não pode ser atingida apenas através da produção de mais alimentos. Os investimentos na agricultura necessitam ser complementados por redes de segurança social e programas que combatam a fome e os grupos mais vulneráveis. As mulheres, por exemplo, são a espinha dorsal da produção de alimentos, nutrição e renda doméstica em muitos países em desenvolvimento, o que torna os aspectos sexuais consideração principal no planejamento e implementação de programas de segurança alimentar. Os Estados Unidos esperam que seus parceiros de desenvolvimento confirmem essa atenção sobre o papel das mulheres.

Freqüentemente nos países mais pobres, não é a falta de alimentos que causa fome e má nutrição, mas a falta de acesso a eles, condição gerada por uma combinação de fatores complexos. Além dos pobres serem incapazes de comprar alimentos, muitos produtos agrícolas e alimentícios não podem fluir entre os países devido à alta tarifa ou má infra-estrutura e sistemas de transporte. Os fazendeiros que mal ganham a vida não podem mover-se além da agricultura de subsistência, pois os direitos de propriedade mal definidos dificultam sua utilização da terra como colateral para o crédito; necessidade fundamental dos pequenos fazendeiros em todas as partes. Muitos países não podem vender seus alimentos excedentes porque seus sistemas para garantir a segurança dos alimentos são inadequados. Todos esses problemas apontam para a necessidade disseminada de desenvolvimento geral de sistemas legais e reguladores, juntamente com maior investimento em infra-estrutura.

Os países mais pobres necessitam de mercados abertos para venda dos seus produtos. O comércio pode ser grande amplificador dos padrões de vida, criando novas oportunidades através do mundo em desenvolvimento. Maior acesso ao mercado para produtos agrícolas, eliminação de subsídios à exportação pelos países desenvolvidos e normas comerciais com base na ciência aumentam a segurança alimentar para todas as nações. Mas o progresso para atingir esses objetivos é mais importante e muito mais urgente para os países mais pobres.

O auxílio alimentar continua a ser importante componente da rede internacional de segurança para atender a escassez específica de alimentos nos países de renda mais baixa, que experimentam interrupção natural ou relacionada a conflitos de fornecimentos alimentares ou simplesmente não podem pagar por importações comerciais de alimentos. O auxílio alimentar é recurso único para atender a problemas de fome e nutrição, combater as necessidades de alimentos de emergência e apoiar programas de desenvolvimento e alimentação direta de grupos vulneráveis. Os Estados Unidos prosseguem com seus esforços para melhor direcionar e aumentar a eficácia dos seus programas de ajuda alimentar, dando continuidade à sua natureza humanitária fundamental.

Alimentos seguros são essenciais para a segurança alimentar, bem como a saúde física e produtividade econômica. A assistência técnica para a segurança alimentar ajuda a fortalecer os sistemas reguladores

alimentares nacionais, protege os consumidores locais e reduz as barreiras à exportação e importação de alimentos. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) oferece agora esse treinamento em países em desenvolvimento selecionados.

ASSISTÊNCIA NORTE-AMERICANA A PAÍSES DE BAIXA RENDA

O governo dos Estados Unidos opera ampla variedade de programas e atividades destinadas às necessidades agrícolas e de segurança alimentar de países de baixa renda. Estes incluem:

- **Maior atenção à agricultura.** O governo dos Estados Unidos reverteu o declínio do financiamento de assistência externa para projetos agrícolas que se iniciou no final dos anos 1980 entre todos os doadores, expandindo o financiamento para mais de US\$ 300 milhões no ano fiscal 2000.
- **Renovação do compromisso com a agricultura e segurança alimentar na África.** Atividades como a Iniciativa de Segurança Alimentar na África de 1998 apóiam o comércio e investimentos; estabelecimento de instituições cívicas; financiamento de microcréditos; pesquisa e extensão agrícola, incluindo acordos de pesquisas colaborativas; iniciativas agrícolas privadas; participação comunitária em programas de desenvolvimento; estratégias de administração de conflitos e recursos; e oportunidades empresariais para as mulheres na África.
- **Pesquisa agrícola e biotecnologia.** Em 2000, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) contribuiu com US\$ 39 milhões para centros internacionais de pesquisa agrícola. Como parte deste esforço, US\$ 7 milhões estão sendo fornecidos para o estabelecimento de capacidades de biotecnologia e biossegurança em países de baixa renda. Este ano, a USAID alocará US\$ 22 milhões a nove programas de apoio à pesquisa colaborativa em produtos agrícolas, pecuária, agricultura sustentável, gerenciamento integrado de pragas, acesso à terra e recursos naturais. Essas atividades são conduzidas através de parcerias entre instituições norte-americanas e de países anfitriões, tais como universidades, centros nacionais de pesquisa agrícola, agências governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e comunidades. O USDA também apóia intercâmbios científicos e de pesquisa bilaterais, bem como assistência técnica nessa área.
- **Atividades de estabelecimento de capacidades para o comércio.** O governo norte-americano comprometeu mais de US\$ 600 milhões com atividades de estabelecimento de capacidades para o comércio em países em desenvolvimento em economias em transição para 1999 a 2001. O programa Política de Investimento e Comércio na África auxilia países orientados para a reforma a melhorarem o ambiente capacitador para o comércio e investimentos privados, conecta empresas norte-americanas e africanas através de associações comerciais e financeiras e apóia reformas favoráveis ao mercado.
- **Acesso ao mercado.** Os Estados Unidos não possuem virtualmente nenhuma tarifa sobre produtos agrícolas de países menos desenvolvidos, o que ajuda esses países a estabelecerem a capacidade de exportação para aproveitarem esse acesso ao mercado. O acesso ao mercado expandiu-se para a África e o Caribe através da Lei de Crescimento e Oportunidade para a África e da Lei de Parceria Comercial da Bacia do Caribe. Além disso, está sendo fornecida assistência técnica para auxiliar os países a se beneficiarem dessas leis, através, por exemplo, do atendimento de padrões técnicos para o mercado.
- **Perdão de dívidas.** O Congresso apropriou US\$ 544 milhões para perdão de dívidas relacionadas com investimentos na redução da pobreza para os países mais pobres do mundo, através da iniciativa multilateral Países Pobres Altamente Endividados. Para esses países pobres, o perdão de dívidas é necessário para permitir o crescimento de suas economias.
- **Alimentação escolar.** A partir de 2001, o programa piloto de alimentação escolar multilateral Alimentos Globais para a Educação está fazendo uso de US\$ 300 milhões para produtos agrícolas norte-americanos e custos relacionados para aumentar a nutrição, melhorar a qualidade da educação básica e aumentar a matrícula, frequência e desempenho de nove milhões de crianças em idade escolar, especialmente meninas. Prevê-se que cerca de 49 programas em 38 países façam parte deste programa piloto até meados de 2002.
- **Auxílio alimentar.** Os Estados Unidos fornecem anualmente mais da metade da assistência alimentar global total, a maior parte na forma de doações. No ano fiscal 2000, os Estados Unidos forneceram oito milhões de toneladas, no valor de US\$ 2,5 milhões, a 83 países, mantendo o maior aumento da nossa assistência alimentar internacional em uma década. Este ano, estão

sendo fornecidas de seis a sete milhões de toneladas, com uma parte crescente distribuída através de organizações voluntárias privadas (PVOs) e canais multilaterais.

- **Segurança alimentar.** Os Estados Unidos fornecem assistência técnica a países participantes de organismos internacionais elaboradores de padrões; desenvolvimento de medidas nacionais com base na ciência para segurança alimentar e saúde animal e vegetal; aumento da capacidade de controle de patógenos dos alimentos, administração de doenças e pragas, vigilância, determinações de riscos e inspeções; melhoria da infraestrutura de processamento de plantas e laboratórios; desenvolvimento de práticas ideais de fabricação; e condução de pesquisas.

- **HIV/Aids.** O pedido de orçamento do governo Bush para 2002 inclui US\$ 200 milhões para um novo Fundo Global para Saúde e Aids, US\$ 480 milhões em financiamento geral adicional para esforços internacionais de controle e prevenção do HIV/Aids e US\$ 2.500 milhões para pesquisas, incluindo vacinas. A Fundação Gates anunciou contribuição de US\$ 100 milhões para o novo fundo global, além de outros US\$ 300 milhões já doados para a luta contra o HIV/Aids, malária e tuberculose. As companhias farmacêuticas norte-

americanas também doaram ou ofereceram drogas contra a Aids a custo reduzido, além de fornecer milhões de dólares para programas.

- **Contribuições do setor privado.** Cada vez mais, organizações tais como PVOs, fundações, empresas, faculdades e universidades estão contribuindo com a assistência externa. Dos US\$ 50 bilhões em recursos líquidos totais dos Estados Unidos para países em desenvolvimento e organizações multilaterais em 1999, US\$ 36 bilhões vieram do capital privado e doações de ONGs. Em 2000, os US\$ 2,2 bilhões de financiamento do governo norte-americano para PVOs geraram US\$ 9 bilhões adicionais de fontes privadas para o desenvolvimento e atividades humanitárias. PVOs freqüentemente implementam programas de assistência externa dos Estados Unidos.

O presidente George W. Bush afirmou em recente discurso radiofônico: "Somos uma nação saudável com a responsabilidade de auxiliar os demais." É por isso que assumimos de forma tão séria os compromissos tomados na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996. Ao exterminar a fome no mundo, todos nos beneficiaremos de maior paz e segurança mundial. □

❑ CONSTRUIR A PROSPERIDADE SIGNIFICA INVESTIR NAS PESSOAS

Andrew S. Natsios, administrador, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

Mais de 800 milhões de pessoas enfrentam a fome crônica, 113 milhões de crianças estão fora da escola e a crescente epidemia de HIV/Aids ameaça os frágeis sistemas sociais e de saúde em todo o mundo, afirma Andrew Natsios, administrador da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). "A menos que o mundo combata essas questões de pobreza e fome", afirma ele, "podemos esperar a disseminação de crises humanitárias, conflitos internos crescentes e mais violentos e a deterioração das condições para as pessoas mais pobres do mundo."

Natsios afirma que pretende redirecionar os recursos da USAID para fornecer apoio adicional e financiamento para a agricultura, com ênfase particular para a África, incentivar os fazendeiros africanos a adotarem as mais recentes pesquisas agrícolas e concentrar-se em abordagens coordenadas regionais para a redução da fome e da pobreza. Outras estratégias importantes de redução da pobreza da USAID a serem buscadas incluem o desenvolvimento da microiniciativa, educação — particularmente de mulheres e crianças — pesquisa e tratamento de Aids e outras doenças.

A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é a principal instituição governamental que trabalha para combater a pobreza através do crescimento econômico, eliminar a fome através do aumento da produção agrícola e evitar conflitos em países em desenvolvimento em todo o mundo. A USAID oferece assistência a povos que se recuperam de desastres, tentam escapar da pobreza e adotam reformas democráticas.

Nosso trabalho com o governo e parceiros privados em todo o mundo gerou resultados impressionantes, mesmo à medida que a população mundial dobrava de 3 bilhões em 1960 para mais de 6 bilhões atualmente. Nos últimos trinta anos, o percentual de pessoas que vive em pobreza absoluta foi cortado em quase a metade. A maior parte dos cidadãos do mundo hoje pode fornecer a eles e às suas famílias padrão de vida adequado. A maior parte da população mundial vive agora em países que adotaram sistemas econômicos com base no mercado e formas democráticas de governo. Nos últimos 50 anos, as taxas de mortalidade infantil no

mundo em desenvolvimento foram reduzidas em 50% e as condições de saúde em todo o mundo aumentaram mais durante esse período que em toda a história humana anterior. Ajudamos a erradicar a varíola em todo o mundo e estamos perto de eliminar a pólio. As taxas de alfabetização subiram de 35% para 70% nos últimos trinta anos e as matrículas na escola primária triplicaram.

Por um lado, a comunidade global teve sucesso notável ao assegurar que as próximas gerações se sairão melhores que as anteriores; mais saudáveis, mais prósperas e capazes de gerar melhorias adicionais na qualidade de vida através das suas inovações e investimentos.

OS DESAFIOS DA POBREZA E DA FOME

Mas, antes de nos felicitar por um trabalho bem feito, consideremos o trabalho deixado por fazer. Mais de 1,2 bilhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia. Mais de 800 milhões de pessoas enfrentam a fome crônica que as impede de terem vidas saudáveis e ativas. Mais de 113 milhões de crianças estão fora da escola e muitas delas enfrentam condições abusivas de trabalho, até a escravidão. A crescente epidemia de HIV/Aids causa sofrimento real a milhões de pessoas, deixa milhões de crianças órfãs e ameaça os já frágeis sistemas sociais e de saúde.

A menos que o mundo combata essas questões de fome e pobreza, podemos esperar a disseminação de crises humanitárias, conflitos internos crescentes e mais violentos e a deterioração das condições para os povos mais pobres do mundo. Na USAID, esse descontentamento e desespero afeta diretamente o nosso trabalho: perto de dois terços dos países com missões de campo da USAID foram destruídos por conflitos civis nos últimos cinco anos, em alguns casos com destruição de anos de progressos políticos e econômicos, demolindo sistemas de educação e saúde e com a perda da afluência de pessoas formadas.

A pobreza e a segurança alimentar são grandes desafios. Como norte-americanos, temos auto-interesse e obrigação moral de enfrentá-los. A USAID auxilia a cumprir com essas obrigações, trabalhando para aumentar a renda e a segurança

alimentar através de programas de liberalização econômica e crescimento econômico com amplas bases, em combinação com programas de saúde, educação e governabilidade democrática. Com décadas de experiência, sabemos que nossos programas de desenvolvimento coordenado, cuidadosamente implementados, podem ao longo do tempo aumentar os rendimentos reais e a segurança alimentar de maneira sustentável.

ÁFRICA: DESAFIO REGIONAL CLARO

A África subsaariana aparece como o maior desafio para a comunidade mundial e a USAID. Enquanto as taxas globais de pobreza, de forma geral, caíram na maior parte das regiões na década de 1990, na África a tendência foi de crescimento. De forma similar, embora projete-se que o número de indivíduos subnutridos decline significativamente na maior parte das regiões do mundo até 2015, há estimativas de que o número de famintos na África cresça em cerca de 10 milhões por ano ao longo da próxima década. Até 2010, 435 milhões de africanos poderão enfrentar severa insegurança alimentar.

Para estimular o desenvolvimento econômico a fim de que o povo africano trabalhe e prospere, necessitamos antes de tudo construir o setor agrícola. Na África, 70% ou mais dos pobres vivem em áreas rurais e dependem da agricultura para sua receita, no todo ou em parte; a má nutrição é associada a 55% das mortes infantis. O aumento da produtividade agrícola gera aumento de receita e melhoria da nutrição. Devido à dependência africana da agricultura, as receitas crescentes da agricultura também gerarão emprego que, por sua vez, aumenta a receita em outros setores.

No governo Bush, pretendo redirecionar os recursos e estratégias da USAID para o fornecimento de maior apoio e financiamento da agricultura, com ênfase específica na África. Nossos objetivos específicos são a eliminação da fome, melhoria da nutrição e alimentação para as famílias pobres, corte dramático da pobreza absoluta e redução das disparidades de renda entre as famílias rurais e urbanas. Para atingir esses objetivos, nossas estratégias de desenvolvimento econômico serão concentradas em diversos princípios fundamentais.

Primeiro, sabemos que as políticas econômicas com base na ciência e no mercado fornecem aos fazendeiros e processadores agrícolas incentivos para a produção. No Málí, por exemplo, a USAID apoiou reformas políticas e institucionais em meados da década de 1980 que aumentaram os incentivos para o investimento em melhores

variedades de arroz e tecnologia de processamento e aumentaram o gerenciamento dos recursos naturais e agrícolas. Resultado: a produção de arroz na região do delta interno do Málí dobrou entre 1993 e 2000.

Em segundo lugar, queremos que os fazendeiros africanos façam uso das mais recentes pesquisas agrícolas. A partir do exemplo do Málí e outros, sabemos que a tecnologia agrícola pode aumentar a produtividade, se assegurarmos que os fazendeiros rurais tenham acesso à tecnologia e à capacidade de colocá-la em uso.

Em terceiro lugar, necessitamos concentrar-nos no equilíbrio. O fato é que a pobreza severa ou fome em um país causa deslocamento e efeitos econômicos que prejudicam as nações vizinhas. Para assegurar o crescimento econômico sustentável, pretendo concentrar-me em abordagens regionais coordenadas à redução da fome e da pobreza.

Outra estratégia importante de desenvolvimento econômico da USAID é o desenvolvimento da microiniciativa. Ao fornecer aos empreendedores pobres acesso ao capital e treinamento comercial, a USAID auxiliou milhões de pessoas a iniciar pequenas empresas e elevar seu padrão de vida, gerando emprego para milhões de outros. Na África, mais de 250.000 clientes receberam empréstimos de, em média, US\$ 214 de instituições apoiadas pela USAID, com índice de pagamento de mais de 98%.

A USAID também ajuda a criar oportunidades econômicas, ao auxiliar os países em desenvolvimento a tornarem-se parceiros reais no sistema de comércio global. Embora os mercados domésticos continuem a ser importantes, os mercados regionais e global oferecem oportunidades para que a África exporte produtos agrícolas facilmente comercializáveis e outros para mercados em que a demanda aumentará sua receita. A USAID é líder mundial no auxílio aos países africanos para desenvolverem os conhecimentos necessários para participar de negociações comerciais e cumprir com as responsabilidades dos acordos comerciais.

Conforme observado anteriormente, uma estratégia sustentável de redução da pobreza é mais do que o estabelecimento de oportunidades econômicas. Para assegurar o crescimento econômico estável a longo prazo, necessitamos abordar as questões sociais e de saúde.

Na África, a Aids é uma das ameaças mais sérias ao desenvolvimento. Os países africanos mais afetados perderão de 13% a 23% das suas forças de trabalho nos próximos

vingte anos. O resultado será a severa redução do trabalho agrícola em um momento em que necessitamos aumentar a receita agrícola na África para construir prosperidade. Os Estados Unidos são líderes mundiais na reação ao HIV/Aids e o presidente George W. Bush pressionou totalmente o seu gabinete para a reação norte-americana a essa crise. A abordagem norte-americana enfatiza a prevenção e educação pública e inclui o tratamento, cuidado com órfãos, medidas para suspender a transmissão das mães para os filhos, drogas acessíveis, sistemas de fornecimento, infra-estrutura e treinamento médico. E, naturalmente, inclui pesquisas de vacinas e cura. A USAID também financia esforços importantes de combate à malária, tuberculose e outras doenças.

A educação é fundamental para a participação em uma economia global e interconectada. Como afirmou recentemente o presidente Bush: "alfabetização e educação são as bases da democracia e do desenvolvimento." De fato, um dos melhores investimentos dos nossos dólares para o desenvolvimento é a educação de mulheres e meninas. O presidente instruiu ao secretário de Estado Colin Powell e a mim que desenvolvêssemos uma iniciativa para melhorar a educação básica e o treinamento de professores na África para todos, independentemente de sexo, e solicitou fundos adicionais para esses esforços.

TORNANDO A USAID MAIS EFICAZ: OS QUATRO PILARES

A fim de lutar contra a pobreza de forma mais eficiente, pretendo modificar fundamentalmente a forma como a agência faz negócios concentrando-me em quatro "pilares": Aliança para o Desenvolvimento Global; Crescimento Econômico, Agricultura e Comércio; Saúde Global; e Democracia, Conflito e Assistência Humanitária. Ao agregar-se programas novos e atuais que reforcem mutuamente esses pilares, a USAID será capaz de utilizar escassos recursos humanos e orçamentários de forma mais eficaz e descrever seus programas de forma mais clara.

Aliança para o Desenvolvimento Global. Nos últimos anos, o paradigma do financiamento para a assistência externa mudou drasticamente. A globalização da economia mundial significou que os governos, embora ainda sejam essenciais, não são as únicas instituições através das quais são fornecidos os serviços públicos. O papel das instituições religiosas, organizações não governamentais, fundações privadas, universidades e economia de mercado privado no fornecimento de serviços e no atingimento de objetivos

públicos aumentou drasticamente.

As organizações e empresas norte-americanas querem e já ajudam os povos menos afortunados em todo o mundo, mas muitas organizações não estão preparadas para fornecer assistência em países em desenvolvimento de forma eficaz. Por outro lado, a USAID não se preparou para aproveitar totalmente os recursos que as organizações privadas podem oferecer. O pilar da Aliança para o Desenvolvimento Global mudará isso ao buscar ativamente parceiros dispostos a comprometer recursos reais (financiamento, informações e pessoal) para apoiar programas de desenvolvimento. Com esses parceiros, estabeleceremos alianças que tenham objetivos específicos de desenvolvimento e levantamento de fundos privados de fundações e empresas para atingir esses objetivos.

Crescimento Econômico, Agricultura e Comércio. Este pilar ilustra o inter-relacionamento e interdependência do crescimento econômico e desenvolvimento agrícola, comércio internacional, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento do capital humano de um país, com o objetivo final de criação e desenvolvimento de economias viáveis orientadas para o mercado.

Saúde Global. Este pilar inclui saúde infantil, nutrição, saúde reprodutiva da mulher, HIV/Aids e programas que abordem doenças infecciosas, tais como a malária e a tuberculose. Existem questões globais com conseqüências globais: a saúde de uma população afeta diretamente sua produtividade e doenças sem verificação em outros países apresentam ameaças por si próprias.

Democracia, Conflito e Assistência Humanitária. Este pilar reconhece a liderança mundial da USAID em sua capacidade para reagir a desastres naturais e causados pelo homem. Este pilar também reconhece que a reação aos desastres não é suficiente: necessitamos aprender a evitar conflitos que gerem crises humanitárias antes que aconteçam e auxiliar as pessoas a reconstruir-se melhor após essas crises. Integramos os programas democráticos da USAID com novas abordagens da análise de crises e conflitos e com o desenvolvimento de novas metodologias para assistir as partes em conflito a solucionarem suas questões pacificamente.

CONCLUSÃO

Nossas novas abordagens e estratégias permitirão que a USAID coordene nossos programas e levante recursos privados substanciais para lutar contra a pobreza e a fome nos países mais pobres do mundo. Nosso objetivo é auxiliar as pessoas pobres a melhorarem suas vidas e construir sociedades que possam tornar-se estáveis e parceiros comerciais seguros. Ao fazê-lo, a USAID atende aos objetivos de política externa dos Estados Unidos e reflete os profundos instintos humanitários do povo norte-americano. O resultado será um mundo mais seguro, mais próspero e mais livre do que nunca. □

□ LIBERAÇÃO DO COMÉRCIO PARA COMBATER A POBREZA

Alan Larson, subsecretário para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas, Departamento de Estado dos Estados Unidos

A liberalização do comércio pode ser ferramenta poderosa para incentivar o desenvolvimento e reduzir a pobreza global, afirma o subsecretário de Estado Alan Larson. O livre comércio, afirma ele, reduz o custo das necessidades básicas, tais como alimentos e roupas, desencoraja a corrupção e permite que a democracia se desenvolva e cresça, levando a melhor qualidade de vida, especialmente para os pobres.

Uma forma como os países desenvolvidos podem ajudar os países emergentes é fornecendo maior acesso aos seus mercados, afirma Larson. Entretanto, com o comércio entre os países parceiros em desenvolvimento representando agora 40% do comércio total desses países, uma nova rodada de negociações globais de comércio ofereceria aos países em desenvolvimento a oportunidade de reduzir suas barreiras comerciais ao mesmo tempo que seus vizinhos, permitindo que participem de forma mais completa da economia global.

Os países que entram agressivamente no sistema de mercado aberto global prosperam. Seus sistemas políticos e sociedades tornam-se mais abertos, o que oferece novas oportunidades para seus atuais cidadãos e para as gerações futuras. Como afirmou o presidente George W. Bush: "O livre comércio é o único caminho comprovado para que as nações em desenvolvimento saiam da pobreza. Quando as nações são desligadas do mundo, seus povos pagam um preço excessivo... Os que condenam o livre comércio condenam os pobres à pobreza permanente."

A liberalização do comércio apresenta profundo efeito sobre o crescimento e a pobreza, pois o livre comércio abre as economias para a concorrência e as sociedades para comparação. O livre comércio cria oportunidades ao permitir que os recursos fluam para onde sejam aplicados em utilizações produtivas, elevando os padrões de vida. O livre comércio ajuda a estabelecer climas de investimento aberto, desencoraja a corrupção e aceita novas idéias, o que permite que a democracia estabeleça raízes e cresça. O livre comércio reduz o custo das necessidades básicas, tais como alimentos e roupas, levando a melhor qualidade de vida, especialmente para os pobres.

O PAPEL DO LIVRE COMÉRCIO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

O crescimento econômico é o principal meio para a redução da pobreza nos países. Diversos estudos empíricos muito recentes dos economistas do Banco Mundial concluíram que os países em desenvolvimento que reduziram as barreiras comerciais e aumentaram o comércio ao longo dos últimos vinte anos também experimentaram maior crescimento econômico.

Estes estudos sugerem que a abertura ao comércio conduz à redução das taxas de pobreza absoluta, sem aumentar a desigualdade de renda. Os países em desenvolvimento que reduziram as barreiras ao comércio durante as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, cresceram em média 3,5% e 5%, respectivamente, em base per capita. A desigualdade de renda nesses países não aumentou; ao contrário, a renda dos pobres tendeu a correlacionar-se muito de perto com o crescimento geral do produto doméstico bruto.

As contribuições do livre comércio para o crescimento vão além do balanço de um país. O comércio aberto aumenta a concorrência das economias domésticas, ao expor as empresas domésticas à concorrência mais aguda. Talvez de forma mais importante, a participação vigorosa no sistema de comércio mundial, que inclui o respeito a regras globais de comércio, aumenta a transparência e previsibilidade das transações econômicas. Esses efeitos muitas vezes reforçam a atratividade dos ambientes econômicos dos países em desenvolvimento como destinos para investimentos diretos.

O investimento direto externo (FDI) contribui com o crescimento ao aumentar o tamanho e a estabilidade dos ativos econômicos de um país. O FDI, ao contrário dos fluxos de portfólio e empréstimos bancários, tende a ser menos ligado a viradas econômicas e excedentes financeiros e, por isso, é uma parte mais previsível e durável da base de ativos de um país. Os fluxos de FDI

para os países em desenvolvimento em 1999 atingiram US\$ 208 bilhões, reduzindo a assistência oficial total ao desenvolvimento para US\$ 50 bilhões.

SEM DEIXAR PAÍSES PARA TRÁS

O objetivo norte-americano, nas palavras do presidente Bush, é "incluir todos os pobres do mundo em um círculo de desenvolvimento em expansão". Uma das medidas mais significativas que podemos tomar para atingir este objetivo é concentrar nosso total apoio sobre o lançamento de uma nova rodada comercial multilateral na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha, Qatar, no mês de novembro. Os países em desenvolvimento detêm grande risco nesta discussão: o mundo em desenvolvimento, como um todo, é responsável por cerca de 45% das exportações globais.

A liberalização do comércio multilateral é mais importante do que nunca para os países em desenvolvimento devido às florescentes relações comerciais entre eles, que agora representam 40% do total do comércio total do mundo em desenvolvimento. Esses fluxos comerciais enfrentam muitas vezes, contudo, as mais altas barreiras comerciais. Apesar de importantes reformas, a proteção comercial dos países em desenvolvimento permanece alta e pode haver aumentado na década de 1990. A tarifa média dos países desenvolvidos sobre artigos industrializados, incluindo têxteis e roupas, está agora em 8%, enquanto as tarifas médias dos países em desenvolvimento sobre os mesmos produtos são de 21%. Uma rodada comercial multilateral ofereceria aos países em desenvolvimento a oportunidade de reduzir suas barreiras comerciais ao mesmo tempo que seus vizinhos, permitindo sua participação mais completa na economia global.

Apesar dos benefícios de uma nova rodada, alguns países em desenvolvimento detêm preocupações reais. A fraqueza institucional, escassez de recursos e falta geral de experiência em política comercial podem dificultar a implementação nos países pobres das obrigações políticas e legais de amplo escopo e às vezes complexas assumidas pelos membros da OMC.

Os Estados Unidos têm conhecimento dessas barreiras e estão preparados para trabalhar em parceria para superar obstáculos à integração dos países em desenvolvimento ao sistema comercial.

ACESSO AO MERCADO

Uma das formas mais fundamentais nas quais os países desenvolvidos podem ajudar é na ampliação do acesso aos nossos mercados. No ano passado, membros do Quad (Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá) concordaram em reduzir as barreiras comerciais para os países menos desenvolvidos (LDCs). Em maio de 2000, os Estados Unidos iniciaram a Lei de Oportunidade e Crescimento Africano e aumentaram a Iniciativa da Bacia do Caribe. Esses dois programas de preferências, combinados com melhorias no nosso Sistema Geral de Preferências e medidas de abertura dos mercados com base na Rodada Uruguaí de conversações comerciais, eliminaram a maior parte das tarifas e quotas sobre mercadorias de economias menos desenvolvidas. Como resultado, as importações norte-americanas de LDCs cresceram em 50% nos últimos quatro anos.

Os programas de preferências para países menos desenvolvidos, entretanto, não são uma panacéia e não eliminarão grande parcela da pobreza global, já que mais de 80% dos pobres do mundo vivem em grandes países em desenvolvimento, como a Índia, China, Paquistão e Egito, que não se beneficiam desses programas. Para retirar todos os pobres da pobreza, a capacidade de comércio desses países necessita ser fortalecida.

COMO ESTABELECEER CAPACIDADE DE COMÉRCIO

Muitos países em desenvolvimento necessitam de assistência para o estabelecimento de capacidade comercial adequada e eficaz. Os países desenvolvidos e as instituições multilaterais necessitam fazer mais para estabelecer capacidade de comércio nos países, ao mesmo tempo em que integram o comércio em estratégias abrangentes e coerentes de desenvolvimento econômico.

Uma forma de assegurar que seja concedida atenção adequada ao comércio na política de desenvolvimento econômico é inclui-lo como objetivo final nos planos nacionais de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza. Nas reuniões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial na primavera de 2001, o Banco comprometeu-se em incluir como objetivo final o estabelecimento de capacidade comercial em suas estratégias de assistência aos países e apoiar os esforços dos tomadores de empréstimos para incorporar o estabelecimento de capacidade comercial nos

Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSPs). Os PRSPs são estratégias de desenvolvimento econômico elaboradas pelos beneficiários de perdão de dívidas e analisadas pelo Banco.

Desde 1996, a OMC vem cooperando com outras instituições multilaterais para ajudar os países menos desenvolvidos no estabelecimento de capacidade comercial. A Estrutura Integrada, apoiada pelo Secretariado da OMC, coordena os esforços de seis agências internacionais centrais que lidam com assistência técnica e/ou comercial, para assegurar que os programas sejam complementares. Os Estados Unidos forneceram US\$ 200 mil para o Fundo de Financiamento à Estrutura Integrada.

Em 1995, a OMC criou um Fundo de Financiamento Global para auxiliar os países menos desenvolvidos a participarem ativamente da OMC e utilizar as novas oportunidades de comércio internacional oferecidas pelos acordos da OMC. Em 2000, os Estados Unidos forneceram US\$ 1 milhão para o fundo de financiamento. Além disso, os Estados Unidos forneceram recentemente US\$ 650 mil à OMC, para ajudar vários países ao sul do Saara no atendimento de questões da OMC e US\$ 640 mil para o Banco Mundial, para um projeto de pesquisa e estabelecimento de instituições para padrões sanitários e fitossanitários e desenvolvimento de padrões de produtos na África.

Os Estados Unidos também se utilizam de programas bilaterais de assistência para fortalecer a capacidade de comércio dos países em desenvolvimento. Nos dois últimos anos, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) contribuiu com US\$ 600 milhões para programas destinados a estabelecer capacidade comercial. Esses programas atendem a ampla variedade de necessidades, desde programas de fortalecimento de governos e do estado de Direito, até seminários sobre negociação comercial e política regulatória. A verdadeira integração da liberalização comercial em estratégias nacionais aumenta a possibilidade de que novas áreas de crescimento abertas pela liberalização sejam identificadas e totalmente utilizadas.

AUMENTO DA CAPACIDADE HUMANA

Tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento necessitam dedicar mais atenção e recursos para incentivar a capacidade humana, especialmente através de educação básica. A educação amplia a capacidade individual de tomar decisões informadas, fornecendo mais ferramentas de combate à pobreza e flexibilidade de adaptação quando as mudanças são garantidas. Quanto mais flexível é uma economia e seus trabalhadores, mais vantagem um país em liberalização pode tomar das oportunidades de crescimento trazidas pela liberação do comércio. O presidente Bush solicitou ao Congresso aumento de 20% do financiamento norte-americano a programas de educação básica internacional. Ele também convocou os bancos de desenvolvimento multilateral a expandirem o financiamento à educação. Além disso, a educação será tema principal da Cúpula do G-8 de 2002 em Alberta, Canadá.

A redução da pobreza exige parceria abrangente entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. A jornada pode ser mais longa para alguns países que para outros, mas há mais esperança a cada dia. E o comércio é um dos faróis mais brilhantes que levam ao caminho para sair da pobreza até o desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Temos oportunidade sem precedentes de mudar a vida de metade da população mundial que vive com menos de US\$ 2 por dia.

O presidente Bush nos recordou: "O que chamamos de globalização é, na verdade, o triunfo da liberdade humana expandindo-se através das fronteiras nacionais. E ela mantém a promessa de liberar bilhões de cidadãos do mundo da doença, da fome e da necessidade. Esta é uma perspectiva grande e nobre, que a liberdade pode funcionar não apenas no novo mundo ou no velho mundo, mas em todo o mundo."

A pobreza, em suas raízes, é a ausência da liberdade humana. O desenvolvimento, ao contrário, é o fruto da liberdade humana. O livre comércio pode ser meio poderoso para fortalecer os pobres e incentivar o desenvolvimento e a prosperidade. □

❏ COMO ELIMINAR A POBREZA EM MASSA

Ian Vásquez, diretor, Projeto sobre Liberdade Econômica Global, Instituto Cato

O crescimento econômico é o "único caminho para eliminar a pobreza em massa", afirma o economista Ian Vásquez, que argumenta que a redistribuição ou os programas tradicionais de redução da pobreza fizeram pouco para reduzir a pobreza. Vásquez escreve que, quanto mais alto o grau de liberdade econômica (que consiste em escolhas pessoais, proteção da propriedade particular e liberdade de intercâmbio), maior será a redução da pobreza. A extensão do sistema de proteção aos direitos de propriedade para que inclua a propriedade dos pobres será uma das mais importantes estratégias para a redução da pobreza que uma nação poderá adotar, afirma ele.

O registro histórico é claro: a forma isolada mais eficiente de redução da pobreza mundial é o crescimento econômico. Os países ocidentais começaram a descobrir isso por volta de 1820, quando romperam com a norma histórica de baixo crescimento e iniciaram uma era de drásticos avanços do bem estar material. Os padrões de vida triplicaram na Europa e quadruplicaram nos Estados Unidos naquele século, melhorando em velocidade ainda mais rápida nos cem anos seguintes. O crescimento econômico eliminou, portanto, a pobreza em massa no que hoje é considerado o mundo desenvolvido. Analisando a longo prazo, o crescimento também reduziu a pobreza em outras partes do mundo: em 1820, cerca de 75% da humanidade viviam com menos de um dólar por dia; atualmente, cerca de 20% vivem abaixo desse valor.

Mesmo uma análise a curto prazo confirma que a recente aceleração do crescimento em muitos países em desenvolvimento reduziu a pobreza, medida da mesma forma. Nos últimos dez anos, o percentual de pobres no mundo em desenvolvimento caiu de 29% para 24%. Apesar desse progresso, o número de pobres permaneceu insistentemente alto, em volta de 1,2 bilhões. E, geograficamente, as reduções da pobreza foram irregulares.

Esse desempenho misto alertou muitos observadores a questionar quais fatores além do crescimento reduzem a

pobreza e se o crescimento é suficiente para atingir este objetivo. As reformas de mercado, por si próprias, foram questionadas como forma de auxiliar os pobres. Afinal, muitos países em desenvolvimento liberalizaram suas economias em graus variáveis na última década.

Mas seria um erro colossal perder a concentração no crescimento com base no mercado e, ao contrário, concentrar-se na redistribuição ou em programas tradicionais de redução da pobreza, que comparativamente fizeram pouco para atingir esse fim. É importante manter a concentração correta por três razões: existe, na realidade, forte relação entre o crescimento e a redução da pobreza, a liberdade econômica causa o crescimento e a maior parte dos países em desenvolvimento ainda pode fazer muito mais na forma de políticas e reformas institucionais para auxiliar os pobres.

A IMPORTÂNCIA DO CRESCIMENTO

O padrão de redução da pobreza que observamos em todo o mundo não deverá ser surpreendente. Ele geralmente segue o relacionamento encontrado por recente estudo do Banco Mundial, que examinou o crescimento em 65 países em desenvolvimento durante as décadas de 1980 e 1990. A parcela de pessoas na pobreza, definida como os que vivem com menos de um dólar por dia, quase sempre caiu em países que experimentaram crescimento e aumentou em países que experimentaram contrações econômicas. Quanto mais rápido o crescimento, concluiu o estudo, mais rápida a redução da pobreza e vice-versa. Uma expansão econômica da renda per capita de 8,2%, por exemplo, traduziu-se em redução de 6,1% na taxa de pobreza. Uma contração de 1,9% na produção gerou aumento de 1,5% na taxa de pobreza.

Esse relacionamento explica por quê alguns países e regiões tiveram melhores resultados do que outros. "Entre 1987 e 1988, houve apenas uma região do mundo que observou queda drástica no número de pessoas e na proporção da população que vive com menos de um dólar por dia. Essa

região foi o leste asiático", observa o economista Martin Wolf. "Mas essa também foi a única região que observou crescimento rápido e consistente da renda real per capita."

O alto crescimento permitiu que o leste asiático reduzisse sua parcela de pobres durante esse período de 26% para 15% e o número de pobres de 417 milhões para 278 milhões de pessoas. Com taxas de crescimento anual de cerca de 9% desde 1979, quando começou a introduzir reformas de mercado, somente a China retirou mais de cem milhões de pessoas da pobreza. A taxa de crescimento mais modesta mas crescente da Índia durante a última década significa que as perspectivas dos pobres nos dois países que compõem metade da população do mundo em desenvolvimento está melhorando sensivelmente.

Em outros lugares, o desempenho é menos encorajador, mas segue o mesmo padrão. As taxas de pobreza caíram na Europa oriental e Ásia central, onde a atividade econômica foi sensivelmente reduzida, e permaneceram inalteradas na América Latina e na África subsaariana, onde o crescimento foi pequeno ou desprezível.

Mesmo dentro das regiões existem variações. Desta forma, as taxas de crescimento per capita do México de 1,5% na década de 1990 não afetaram a parcela de pessoas que vive em privações, enquanto a taxa média de crescimento de 7% do Chile entre 1987 e 1998 reduziu a taxa de pobreza de 45% para 22%, de acordo com o Instituto para a Liberdade e o Desenvolvimento, com sede em Santiago.

De forma similar, o Vietnã se sobressai no sudeste asiático. Com as taxas de crescimento per capita daquele país de cerca de 6% em média na década de 1990, o Banco Mundial relata que os que vivem abaixo da linha de pobreza foram reduzidos de 58% para 37% entre 1993 e 1998. E o crescimento per capita de Uganda, de mais de 4% na década de 1990, reduziu a parcela de pessoas que vive abaixo da linha mínima de pobreza de 56% para 44% entre 1992 e 1997. O Centro de Estudo das Economias Africanas da Universidade de Oxford concluiu que "o crescimento geral é responsável pela maior parte da queda da pobreza".

O impacto expressivo do crescimento não pode ser menosprezado, mesmo quando as diferenças das taxas de produtividade forem aparentemente pequenas. Como ilustração, o economista de Harvard Robert Barro observa que a renda per capita nos Estados Unidos cresceu em média 1,75% por ano entre 1870 e 1990, tornando os

norte-americanos o povo mais rico do mundo. Caso este país houvesse crescido apenas um ponto percentual a menos durante o mesmo período, os níveis de renda per capita dos Estados Unidos seriam aproximadamente os mesmos do México. Caso a taxa de crescimento houvesse sido apenas um ponto percentual mais alta, a renda média dos Estados Unidos seria de US\$ 60.841: três vezes mais que o nível atual.

A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE ECONÔMICA

A fuga da pobreza empreendida pelo Ocidente não ocorreu por acaso. O crescimento sustentado por longos períodos teve lugar em um ambiente que, de forma geral, incentivou a livre iniciativa e a proteção da propriedade particular. Atualmente, os países em desenvolvimento possuem uma vantagem. Ao adotarem políticas econômicas liberais, os países pobres podem atingir em uma geração o tipo de progresso econômico que os países ricos levaram cem anos para alcançar. O alto crescimento é possível porque os países pobres estarão seguindo os países ricos, em vez de criarem um novo caminho. Estudos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional confirmam que países como a China e outros, que optaram por abrir suas economias, estão realmente convergindo com o mundo industrializado.

O estudo empírico mais abrangente sobre o relacionamento entre políticas econômicas e prosperidade é o relatório anual "Liberdade Econômica do Mundo", do Instituto Fraser. Ele examina mais de vinte componentes de liberdade econômica, que variam do tamanho do governo à política comercial e monetária, em 123 países por um período de 25 anos. O estudo encontra forte relação entre a liberdade econômica e a prosperidade. Dividido por quinquênios, as economias mais livres possuem renda média per capita de US\$ 19,8, em comparação com US\$ 2,21 no quinquênio de menor liberdade. As economias mais livres também crescem mais rapidamente que as economias menos livres. O crescimento per capita na década de 1990 foi de 2,27% no quinquênio mais livre e de -1,45% nos países menos livres.

O estudo Fraser também concluiu que a liberdade econômica é fortemente relacionada à redução da pobreza e outros indicadores de progresso. O Índice de Pobreza Humana das Nações Unidas está negativamente correlacionado com o índice Fraser de liberdade econômica. As pessoas que vivem nos 20% superiores de países em termos de liberdade econômica tendem ainda a

viver cerca de duas décadas mais que as pessoas nos 20% inferiores. Menor mortalidade infantil, taxas mais altas de alfabetização, menor corrupção e maior acesso à água potável também são associados aos aumentos da liberdade econômica. De fato, o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, que mede vários aspectos dos padrões de vida, correlaciona-se positivamente com maior liberdade econômica.

As consequências para os pobres são impressionantes. Os economistas Steve Hanke e Stephen Walters examinaram os principais estudos empíricos sobre o relacionamento entre liberdade econômica e prosperidade e concluíram que um aumento de 10% da liberdade econômica tende a aumentar o produto nacional bruto per capita em 7,4% a 13,6%. Como os países em desenvolvimento ainda podem aumentar substancialmente seus níveis de liberdade econômica e alguns o fizeram em 100% ou mais nas últimas duas décadas, a consequência da maior liberdade pode ser observada não apenas em termos de crescimento, mas também em termos de uma série de indicadores de desenvolvimento humano. Hanke e Walters descobriram, por exemplo, que um aumento da renda per capita de US\$ 500 a US\$ 1.000 produz aumento da expectativa de vida de cerca de 6%. De fato, o alto crescimento cria o progresso que possibilita que os países invistam em saúde, educação e outras necessidades humanas que são parte essencial do crescimento contínuo. Mas nem esses benefícios foram compartilhados igualmente. O estudo de Fraser concluiu que não existe correlação entre a liberdade econômica e a desigualdade, enquanto um estudo do Banco Mundial concluiu que as rendas dos 20% mais pobres da população crescem proporcionalmente com o aumento médio das receitas.

RUMO À REDUÇÃO MAIS EFICAZ DA POBREZA

Embora o colapso do planejamento central tenha forçado muitos países a abandonarem políticas econômicas fechadas na década de 1990, a maior parte dos países em desenvolvimento ainda está longe de adotar um conjunto coerente de políticas que sejam consistentes com a liberdade econômica. A Rússia pode haver abandonado o comunismo, mas em termos de liberdade econômica, o Instituto Fraser coloca o país na posição 117 dentre 123 nações. Mesmo países como a Argentina e o México, que muito fizeram para liberalizar suas economias, apegaram-se a remanescentes do passado, com consequências devastadoras para os pobres. A crise do peso mexicano de 1994 e 1995, por exemplo, resultou de políticas fiscais e

monetárias durante um ano eleitoral que foram totalmente inconsistentes com a economia de mercado.

A atenção a políticas macroeconômicas orientadas para o mercado é bem fundamentada, particularmente por beneficiarem os pobres. Isso é especialmente verdadeiro porque duas dessas políticas (redução da inflação e do nível de gastos) favorecem desproporcionalmente os pobres. Muito menos atenção, entretanto, foi dispensada às reformas institucionais e ao ambiente microeconômico. Três áreas se destacam: o estado de Direito, o nível de regulamentação burocrática e os direitos de propriedade particular para os pobres.

Um sistema legal capaz de executar contratos e proteger pessoas e seus direitos de propriedade de maneira imparcial é central para a liberdade econômica e o progresso. De fato, a sustentabilidade de uma economia de mercado (e das próprias reformas de mercado) repousa em grande parte sobre a aplicação do estado de Direito. O estado de Direito ainda inexistente notadamente em grande parte do mundo em desenvolvimento. O relatório "Liberdade Econômica do Mundo" de 2001, que inclui um índice abrangente de liberdade econômica em 58 países, leva essa medida em conta. Ele conclui que os países latino-americanos estão especialmente mal cotados nessa área. Também no final da lista encontram-se os países em transição, como a Rússia e a Ucrânia. Os dados confiáveis disponíveis para países africanos sem dúvida indicam também baixas qualificações.

A ausência do estado de Direito é especialmente desfavorável para os pobres, não apenas por deterem menos recursos privados para proteger seus direitos, mas também porque o estado de Direito por si próprio é relacionado ao crescimento econômico. Robert Barro criou um índice que mediu o estado de Direito em escala de zero a seis e concluiu que a taxa de crescimento de um país aumenta em meio ponto percentual com cada aumento no seu índice. Como o estado de Direito oferece proteções especiais para os pobres, mantém sistema de intercâmbio de mercado e promove o crescimento, pode muito bem ser o ingrediente mais importante da prosperidade econômica.

Outra área muito negligenciada que necessita de reforma é a regulamentação. Aqui, novamente, o índice abrangente do Instituto Fraser concluiu que a liberdade para operar uma empresa e competir no mercado é restrita em grande parte no mundo em desenvolvimento. Os mesmos países que são mal classificados em estado de

Direito receberam baixa classificação nessa área. Para se ter uma idéia do fardo burocrático com que necessitam lutar as pessoas no mundo em desenvolvimento, considere-se os casos do Canadá, Bolívia e Hungria. De acordo com um estudo do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas, leva dois dias, dois procedimentos burocráticos e US\$ 280 para abrir uma empresa no Canadá. Por outro lado, um empreendedor na Bolívia necessita pagar US\$ 2.696 de taxas, aguardar 82 dias úteis e passar por vinte procedimentos para fazer o mesmo. Na Hungria, a mesma operação leva 53 dias úteis, dez procedimentos e US\$ 3.467. Essas barreiras de custos favorecem as grandes empresas à custa dos pequenos empreendimentos, que criam a maior parte dos empregos, levando grande proporção da população do mundo em desenvolvimento para a economia informal.

A economia informal no mundo em desenvolvimento é grande devido a outro fator importante. Os direitos de propriedade particular dos pobres não são legalmente reconhecidos. O economista peruano Hernando de Soto documentou como os pobres em todo o mundo não têm segurança sobre seus bens por não possuírem o título legal da sua propriedade. No Peru rural, por exemplo, 70% das propriedades dos pobres não são reconhecidos pelo Estado. A falta dessa proteção legal limita severamente o potencial de criação de progresso que, de outra forma, os pobres teriam se lhes fosse permitido participar na estrutura legal do mercado. Sem assegurar direitos à propriedade particular, os pobres não podem utilizá-la de forma colateral para obter empréstimos, não podem receber seguro e têm dificuldade para planejar a longo prazo.

A eliminação do que se refere à discriminação legal permitiria que os pobres se beneficiassem totalmente do sistema de mercado e permitiria que os pobres utilizassem seus ativos consideráveis para criar progresso. De fato, como observou Soto, os pobres já são ricos em bens. De acordo com ele, os bens dos pobres equivalem a 40 vezes o valor de toda a ajuda externa desde 1945. Os bens dos pobres do Haiti, por exemplo, são mais de 150 vezes maiores que todos os investimentos externos naquele país desde sua independência, em 1804. Nos poucos lugares em que as propriedades dos pobres foram registradas, os resultados foram impressionantes. Ao proceder-se ao registro no Peru, novas empresas foram criadas, a produção aumentou, os valores dos bens subiram em 200% e o crédito tornou-se disponível.

Estender o sistema de proteção aos direitos de propriedade para que inclua a propriedade dos pobres é a reforma social mais importante que os países em desenvolvimento podem atingir. Trata-se de uma reforma que foi quase completamente ignorada em todo o mundo, ainda que afetasse diretamente os pobres e produzisse resultados dramáticos para literalmente bilhões de pessoas.

COMO MANTER O FOCO CORRETO

Os países somente eliminaram a pobreza em massa ao seguirem políticas que incentivassem o crescimento econômico. Mas esse crescimento necessita ser auto-sustentável para traduzir-se em aumentos duradouros do progresso. As políticas de industrialização forçada ou desenvolvimento liderado pelo Estado podem produzir alto crescimento por algum tempo, mas a história demonstra que esses episódios são seguidos por retração econômica. A liberdade econômica, por outro lado, exhibe forte relação com a prosperidade e o crescimento ao longo do tempo. Felizmente, muitos países em desenvolvimento estão seguindo esse caminho, produzindo crescimento alto e rápido e demonstrando que isso é bom para os pobres. Sua experiência pode criar efeito de demonstração para a maior parte das nações que, de muitas formas, ainda se encontram economicamente presas.

Todas as nações em desenvolvimento podem fazer mais para aumentar o crescimento. O estabelecimento do estado de Direito, a redução das barreiras que impedem os empreendimentos e a competição e o reconhecimento dos direitos de propriedades para os pobres são três reformas que ultrapassam as medidas de liberalização que muitos países já introduziram. Essas reformas não apenas contribuem para o crescimento econômico; elas aumentam a eficácia do crescimento na redução da pobreza. Os elaboradores políticos em países ricos e pobres não deverão perder a concentração na promessa de crescimento. Ela permanece o único caminho para eliminar a pobreza em massa. □

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

□ DOAÇÕES PARA OS POBRES DO MUNDO: MAIS AUXÍLIO, MESMO CUSTO

Adam Lerrick, diretor, Centro Gailliot para Política Pública e professor de Economia, Universidade Carnegie Mellon

Os bancos multilaterais de desenvolvimento deverão oferecer doações, e não empréstimos, às nações pobres do mundo, afirma Adam Lerrick, diretor do Centro Gailliot para Política Pública e professor de Economia da Universidade Carnegie Mellon.

Lerrick rejeita os argumentos de que essa abordagem esgotaria os recursos do Banco Mundial. As doações não custarão mais que os empréstimos; a exigência de financiamento é a mesma se o nível de auxílio for o mesmo, afirma ele. Ele indica que os mercados de capitais financiarão programas de desenvolvimento quando tiverem a segurança dos pagamentos do Banco pelos serviços.

Lerrick trabalhou anteriormente como conselheiro sênior do presidente da Comissão Consultora de Instituições Financeiras Internacionais — a Comissão Meltzer — do governo norte-americano.

A imagem de uma criança com fome em qualquer lugar do mundo causa desconforto nas mesas de jantar dos bem alimentados que nenhum antiácido pode resolver. No mundo eletrônico da aldeia global, como previu o especialista em meios de comunicação Marshall McLuhan na década de 1950, "a sala de estar tornou-se a cabine de votação". A televisão removeu o debate sobre auxílio ao desenvolvimento das mesas de conferências de instituições multilaterais para o púlpito, as ruas e a consciência pública.

Não doar às nações necessitadas não é mais uma opção. Doar mais está em qualquer lista. Mas como doar inteligentemente, de forma eficaz com relação ao custo e diretamente para benefício dos pobres? E como encerrar permanentemente o ciclo de empréstimos mais simplesmente para atender aos pagamentos anuais de uma dívida em permanente ascensão? Tudo permanece objetivos evasivos. A iniciativa de perdão de dívidas Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) oferece apenas uma solução temporária.

Em todo o diálogo, vem se dedicando atenção limitada para o desagradável registro de auxílio do passado ou aos últimos 50 anos de economia do Banco Mundial de US\$ 500 bilhões em fluxos das nações industrializadas. De acordo com avaliações do próprio Banco, menos de um dentre três dos seus projetos nos países mais pobres gera resultados satisfatórios e sustentáveis. Quarenta e dois países necessitados carregam agora uma carga de US\$ 175 bilhões em dívidas oficiais que claramente não pode ser paga e nada têm a mostrar por ela, a não ser por um declínio de 25% no seu padrão de vida desde 1980.

POR QUE DOAÇÕES?

Números como esses levaram o presidente George W. Bush a propor importante mudança no formato do auxílio ao desenvolvimento na reunião do G-7 em julho, em Gênova. Suspender os empréstimos tradicionais a nações pobres que não podem pagá-los de volta. No seu lugar, fornecer doações diretas para as melhorias básicas nos padrões de vida e infra-estrutura que são as bases da ascensão da pobreza para a produtividade.

As doações não são novas, mas foram novamente projetadas para serem bem sucedidas:

- Concentradas em projetos sobre tarefas que são facilmente quantificadas, tais como vacinações e alfabetização, tratamento de água e eletricidade.
- Executadas com base em concorrências, com forte utilização dos conhecimentos especializados de fornecedores do setor privado cada vez mais móveis e organizações beneficentes.
- Custos compartilhados pelo doador e pelo beneficiário em escala móvel conforme a necessidade.
- Pagamento feito apenas por desempenho, medido por auditoria independente. Se não houver resultados, os fundos não são gastos. Nenhum fundo será desviado para

contas em bancos "offshore", projetos inócuos ou jatos particulares.

Exemplo: um país com renda per capita de US\$ 250 que obtém 90% de recursos de doações determina que a vacinação das suas crianças contra o sarampo é um objetivo desejado. Caso o Banco Mundial confirme a necessidade, o governo abrirá concorrência junto a agentes do setor privado, organizações não-governamentais como instituições beneficentes e entidades do setor público, tais como o Ministério da Saúde. Caso a oferta mais baixa vencedora seja de US\$ 5 por vacina, o Banco Mundial concordaria em pagar US\$ 4,50 (90%) por criança vacinada diretamente ao fornecedor. O governo seria responsável pelos US\$ 0,50 (10%) restantes. Os pagamentos seriam feitos somente mediante certificação por um agente independente de todos os participantes (governo, Banco Mundial e fornecedor de vacinas) de que as vacinas foram administradas.

O auxílio do Banco Mundial às economias mais pobres origina-se agora na Associação para o Desenvolvimento Internacional (IDA), que oferece US\$ 6 bilhões em empréstimos por ano a juros próximos de zero a 72 países com renda de menos de US\$ 1.500 per capita. Dentre elas, encontram-se as 59 nações mais necessitadas, onde as pessoas vivem com menos de US\$ 2 por dia. Esses empréstimos representam 33% dos empréstimos do Banco. Quanto mais pobre o país, maior a necessidade de doações. Atualmente com base no IDA, todos os destinatários beneficiam-se do mesmo subsídio de financiamento, embora alguns sejam claramente menos pobres e outros possam gerar recursos domesticamente e através dos mercados de capitais no exterior. Se todos os fluxos do IDA fossem convertidos em formato de doação e o elemento de auxílio variasse em escala móvel de acordo com a necessidade (90% para os mais pobres até 50% para os que se encontram próximos da graduação), resultaria a média de 70% a 75%, idêntica ao nível agregado atual de subsídio em empréstimos com distribuição mais equitativa do auxílio.

Os países pobres não são espectadores passivos no processo de doações. É sua a voz decisiva na escolha dos programas, em parceria com a disciplina de uma obrigação atual de copagamento que não pode crescer até uma dívida insustentável. Eles agora estão isolados contra o risco. Com doações pagas conforme o andamento, não pode haver gastos sem benefícios e nenhuma responsabilidade financeira contínua caso os projetos

falhem. O risco de desempenho está agora com o setor privado.

COMBATENDO A POSIÇÃO

A oposição à mudança para doações traz à tona o falso argumento de que as doações esgotarão os recursos do Banco Mundial, juntamente com sua capacidade de auxiliar os pobres, a menos que as doações sejam acompanhadas de imenso ingresso de novos financiamentos; US\$ 800 milhões anuais, somente dos Estados Unidos.

Pareceria lógico que, quando o dinheiro é doado em vez de ser emprestado, o acúmulo de fundos eventualmente irá se desvanecer. Não é assim. As doações podem fornecer a mesma quantidade de auxílio, tornar cada dólar mais eficaz, proporcionar saída permanente para a dívida dos países mais pobres, proteger as contribuições dos doadores do risco de perdas, tudo sem reduzir o montante de financiamentos e sem solicitar mais dinheiro dos contribuintes do mundo industrializado que o exigido pelos programas atuais.

As doações não custarão mais que os empréstimos. A necessidade de financiamento é a mesma quando o nível de auxílio for o mesmo. Os doadores não necessitarão doar mais, a menos que desejem conceder mais auxílio.

O IDA concede agora empréstimos por 40 anos que carregam taxa de juros de 0,75%. Essa taxa próxima de zero reduz o valor atual dessas promessas de pagamento para 27 centavos por dólar e traduz-se em doações iguais a 73% do seu valor. Um empréstimo que possui componente de doação de 73% não pode custar mais que uma doação direta que cubra 73% dos custos do programa. Em ambos os casos, os países pagam os 27% restantes. Como o empréstimo de US\$ 100 com solicitação de pagamento de US\$ 27 pode ser diferente da doação de US\$ 73? Existe um custo oculto adicional para os empréstimos: os tomadores mais pobres raramente pagam os empréstimos.

A retração dos recursos, ocasionada pela falta de pagamentos de empréstimos em um fundo de auxílio circulante, sempre é apresentada como razão para bloquear a mudança para doações. As práticas reais mostram o engano dessa reivindicação de refluxo, já que muitos empréstimos nunca são realmente recebidos. A maior parte dos débitos é simplesmente reciclada para os mesmos tomadores com valores maiores para cobrir os

pagamentos dos juros. Por fim, muitas dívidas necessitam ser perdoadas, como na iniciativa atual de perdão HIPC que cobre 41 das nações mais necessitadas. Sejam eles reciclados ou perdoados, os empréstimos são simplesmente doações disfarçadas.

Não há desculpa para a defesa contínua de um método ultrapassado de fornecimento de auxílio, projetado em uma época em que os empréstimos diretos eram a única opção. Atualmente, os mercados de capitais sofisticados são capazes de fornecer financiamento e estão dispostos a tolerar o risco que anteriormente deteve os projetos no mundo em desenvolvimento.

O capital do Banco permanecerá intacto; com as doações, somente o rendimento que ele gera será gasto. O fundo dos doadores agora utilizado para empréstimos e os ciclos futuros de contribuições serão transformados em um fundo a ser investido nos mercados de capitais para gerar o rendimento que fornecerá uma série de pagamentos por serviços. Já existem US\$ 108 bilhões em contribuições dos países ricos no balanço do IDA, parte em empréstimos e parte em dinheiro. Esses saldos em dinheiro, aumentados pelos pagamentos futuros de empréstimos, seriam investidos a uma taxa de retorno conservadora de 8,25% e eventualmente gerarão US\$ 8,4 bilhões em doações a cada ano, após as despesas administrativas.

Os países pobres não serão compelidos a emprestar para financiar a implementação de projetos. Ao contrário, o fluxo anual de US\$ 8,4 bilhões será alimentado pelos

mercados de capitais. O financiamento de projetos será atraído por contratos de serviços em que a responsabilidade direta do Banco pela parte do leão de cada pagamento reduz grandemente o risco para os emprestadores. Portanto, idênticos US\$ 108 bilhões em programas pendentes de desenvolvimento seriam mantidos perpetuamente. À medida que o IDA move-se de empréstimos para doações ao longo de um período de transição de 40 anos, o volume de programas de desenvolvimento e o fluxo de recursos financeiros para os países pobres atenderia o que teria sido fornecido por empréstimos tradicionais. As falhas de pagamento de empréstimos velhos reduziriam os recursos, mas não mais que sob doações.

O Banco Mundial buscará em breve financiamento de renovação para o IDA, como acontece a cada três anos. Os montantes são significativos; na última vez, foram US\$ 11,5 bilhões. Doar a nações necessitadas é uma obrigação contínua, da mesma forma que o uso responsável dos fundos do contribuinte. Se os ministros de finanças e legisladores adicionarem uma cláusula para uso de doações ao fazer novas contribuições, a maior eficácia do auxílio poderá então encorajá-los a doar mais e com consciência. □

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

❑ PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AFRICANO

Horst Köhler, diretor gerente, Fundo Monetário Internacional

"É inquestionável que o FMI, o Banco Mundial e outros doadores necessitarão fornecer assistência técnica maior e melhor coordenada para apoiar estratégias de redução da pobreza na África", afirma Horst Köhler, diretor gerente do Fundo Monetário Internacional.

Uma iniciativa promissora, afirma Köhler, é o Documento Estratégico de Redução da Pobreza, que permite que os países em desenvolvimento idealizem suas próprias estratégias de desenvolvimento com orientação das instituições financeiras internacionais. Para serem bem sucedidas, afirma ele, essas estratégias necessitam basear-se na promoção da boa governabilidade; desenvolvimento da saúde, educação, agricultura e infra-estrutura; expansão da integração econômica regional e global; e estabelecimento de parcerias entre a África e suas instituições de desenvolvimento bilaterais, multilaterais e do setor privado.

O texto a seguir foi apresentado originalmente a uma reunião do Conselho Sócio-Econômico das Nações Unidas em Genebra, Suíça, em 16 de julho de 2001.

A reunião de hoje está tendo lugar em um ambiente econômico difícil. O crescimento está reduzindo sua velocidade em todo o mundo. Isso pode ser desconfortável para as economias avançadas, mas será fonte adicional de dificuldade para muitos mercados emergentes e países em desenvolvimento e empecilho real na luta contra a pobreza mundial. Naturalmente, o ciclo comercial não está morto e algumas correções foram até mesmo necessárias para combater a exuberância excessiva. Mas agora as economias avançadas, em particular, possuem a responsabilidade de serem proativas no fortalecimento das perspectivas de crescimento sustentável em seus próprios países, de forma a restaurar o momento positivo na economia global. Os mercados emergentes e os países em desenvolvimento, por outro lado, deverão permanecer no caminho da reforma estrutural e políticas macroeconômicas saudáveis.

A redução da atividade econômica mundial tornou mais claro do que nunca que as nações estão interconectadas. E

isso serve como aviso de que a prosperidade nas economias avançadas não pode ser sustentada na presença da pobreza disseminada. A integração da economia global trouxe ganhos sem precedentes de renda e melhorias no bem estar humano para a maior parte do mundo. Mas a maré crescente de prosperidade deixou muitos para trás, particularmente quase toda a África subsaariana. E para todos, falar sobre estabilidade econômica e redução da pobreza deverá cair no vazio na ausência de uma estratégia de luta contra a pandemia de HIV/Aids, o que reflete a sessão especial das Nações Unidas do mês passado, em Nova York.

Todos esses desenvolvimentos ressaltam a necessidade de um conceito integrado para atender a questões fundamentais sobre a globalização. Esse conceito necessita reagir ao fato de que toda a humanidade compartilha um mundo e estabelece as bases para a prosperidade mais amplamente compartilhada. Acima de tudo, o sucesso na luta contra a pobreza é fundamental para a paz e a estabilidade no século XXI. E, em nenhum outro lugar, as linhas de batalha apresentam-se mais claramente que na África.

Durante meu primeiro ano no FMI, viajei duas vezes para a África para discussões com chefes de Estado, setor privado e sociedade civil e reuni-me muitas vezes com líderes africanos em Washington. Certifiquei-me de que é um continente de extraordinária diversidade, com enormes problemas, mas também enorme potencial. Particularmente, fui surpreendido pela determinação do povo africano, especialmente das mulheres africanas, em trabalhar duro, perseverando face aos muitos obstáculos. Não podemos deixar que eles desistam. Oponho-me fortemente ao desprezo e pessimismo sobre a África. E sei que existe um caminho para o progresso.

A NOVA INICIATIVA AFRICANA

Temos à nossa frente hoje uma verdadeira janela de oportunidades. Os líderes africanos vêm trabalhando em conjunto sobre estratégias para acelerar o crescimento

econômico e o desenvolvimento, tirando o continente da pobreza generalizada. Estou muito satisfeito em saber que essas abordagens, MAP (Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação Africana) e o plano ÔMEGA, foram agora consolidadas em uma única Nova Iniciativa Africana. Essa iniciativa está firmemente ancorada nos princípios fundamentais de posse, liderança e responsabilidade africana na eliminação dos obstáculos domésticos para o crescimento sustentado e acho que este é o fator mais importante dessa iniciativa.

A Nova Iniciativa Africana concentra-se em quatro elementos:

- Primeiramente e antes de tudo, existe uma clara consciência de que a paz, democracia e boa governabilidade são condições prévias para investimentos, crescimento e redução da pobreza.
- Em segundo lugar, a iniciativa convoca planos de ação para o desenvolvimento de cuidados com a saúde e sistemas educacionais, infra-estrutura e agricultura.
- Em terceiro lugar, ela confia corretamente no setor privado e na integração econômica em níveis regional e global.
- E, em quarto lugar, ela identifica medidas concretas para o desenvolvimento de parcerias produtivas entre a África e seus parceiros de desenvolvimento bilaterais, multilaterais e do setor privado.

Considero que esses elementos juntos formam a base para uma abordagem abrangente para a luta contra a pobreza na África. Acho que é especialmente significativo que a Nova Iniciativa Africana elabore uma estrutura organizacional concreta para facilitar sua implementação. Meu conselho é mover-se adiante ambiciosamente com a implementação dessa iniciativa, mas com cuidado com a burocracia e a luta institucional interna pois, no final, ela deve compensar para as pessoas, não para as organizações e instituições. Posso assegurar que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estará pronto com seu conhecimento e recursos para cooperar ativamente no processo e fornecer forte apoio para esse programa de trabalho e visão africana.

Estou grato por saber que a Nova Iniciativa Africana reconhece o processo Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza (PRSP) como veículo central para transformar as prioridades continentais em programas

nacionais de redução da pobreza e coordenação do apoio internacional. Isso nos permite progredir sobre a experiência que já recolhemos juntos. De fato, na minha opinião, os Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza, com sua ênfase na posse do país, ampla participação e em lidar com as bases sócio-econômicas, deverá continuar a ser a estrutura orientadora para nossa parceria com países africanos. O processo de PRSP ainda é um trabalho em progresso (somente nos últimos meses recebemos os primeiros cinco "PRSPs completos"), mas existem sinais de que gerará frutos. O desempenho de crescimento está se mantendo e até aumentando em alguns países, apesar do difícil ambiente global. Espera-se que os gastos em saúde e educação se elevem em cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. E, em reação às convocações dos países africanos e da comunidade doadora, o FMI e o Banco Mundial começaram a preparar análises cuidadosas de impacto social para eventual integração em estratégias nacionais de redução da pobreza. (O presidente do Banco Mundial) Jim Wolfensohn e eu nos comprometemos a trabalhar com nossos parceiros na África e a comunidade doadora para realizar todo o potencial do PRSP.

O POTENCIAL DO PRSP

Com segurança, os líderes africanos enfatizaram as severas exigências que este processo está colocando sobre suas limitadas capacidades administrativas. É inquestionável que o FMI, o Banco Mundial e outros doadores necessitarão fornecer assistência técnica maior e melhor coordenada para apoiar as estratégias de redução da pobreza na África. O FMI está planejando um esforço extraordinariamente bem dirigido na construção de capacidades nas áreas centrais de responsabilidade do Fundo e estará em contato com os principais doadores nas próximas semanas, para discutir de que formas eles poderão apoiar este esforço. Acredito que é essencial concentrar a assistência do Fundo de forma mais aguda nas suas áreas de conhecimento e estou satisfeito em saber que o Banco Mundial, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e o Banco Africano de Desenvolvimento estão trabalhando na mesma direção. Nossos esforços, portanto, serão complementares. E, à medida que se move adiante a Nova Iniciativa Africana, o FMI estará preparado para fornecer ingressos e assistência aos organismos que eventualmente sejam estabelecidos para monitorar sua implementação.

Até o final deste ano, o FMI e o Banco Mundial conduzirão análise profunda do processo PRSP, com base

nas opiniões dos seus membros, outras instituições internacionais, doadores e sociedade civil. Estou certo de que isso irá identificar áreas adicionais de melhoria. Mais que isso, o processo PRSP é uma forma natural de fortalecimento da coordenação dos doadores e os esforços nessa direção que já foram tomados por alguns doadores são muito apreciados. Os doadores que são verdadeiramente sérios sobre a posse do país e a eficácia da ajuda deverão também estar dispostos a fazer mais para assegurar que sua assistência realmente atenda aos interesses africanos, não apenas pela liberação do auxílio, e resistir à tentação de microgerenciamento a partir da perspectiva das suas próprias sociedades.

O respeito pela posse do país e suas prioridades também fundamenta nossos esforços para modernizar as condições do FMI. As condições permanecem essenciais, ao menos para salvaguardar o caráter de renovação dos recursos do Fundo. Mas necessitamos concentrá-lo nas medidas que sejam realmente fundamentais para os objetivos macroeconômicos de programas nacionais e permitir escopo real para que os países façam escolhas consistentes com suas tradições políticas e culturais. Estou satisfeito em saber que os líderes africanos optaram por fazer da boa governabilidade elemento central da Nova Iniciativa Africana, pois ela é essencial para atrair investimentos privados e fazer uso eficiente dos escassos recursos públicos. O Fundo está pronto para discutir os custos e benefícios das intervenções e controles governamentais e trabalhar com as autoridades nacionais para identificar formas de redução dos riscos da má administração e corrupção. Também continuaremos a auxiliar os países africanos a aumentarem a transparência e responsabilidade em políticas macroeconômicas e financeiras e em estatísticas econômicas, através de nosso extenso trabalho sobre códigos de boas práticas e padrões estabelecidos internacionalmente.

O FMI e o Banco Mundial estão utilizando o processo PRSP, bem como sua assistência técnica e financeira, para auxiliar os países africanos a estabelecerem as condições necessárias para o setor privado dinâmico (instituições saudáveis, ambiente legal e econômico previsível e campo de jogo uniforme). Além disso, estamos apoiando fortemente os conselhos de investidores como meios de diálogo construtivo entre os líderes africanos e executivos importantes de empresas locais e internacionais. Isso dará aos homens de negócios voz mais forte e possibilidade de identificação de oportunidades de investimentos, obstáculos fundamentais ao investimento privado e opções para removê-los.

COMO ESTABELECEER O PALCO PARA O AUMENTO DO COMÉRCIO

Mais do que qualquer outro lugar, a África necessita de melhores oportunidades de comércio, o melhor auxílio para a auto-ajuda. Chegou finalmente o momento de fornecer às nações africanas o livre acesso para os mercados de países industriais, particularmente naquelas áreas que mais importam aos países pobres, tais como produtos agrícolas, têxteis e roupas. Essas áreas deverão também ser foco importante para uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais no contexto da Organização Mundial do Comércio. Concordo com o secretário geral das Nações Unidas Kofi Annan que o protecionismo é um obstáculo na luta contra a pobreza e que a nova rodada deverá ser iniciada assim que possível.

De forma igualmente importante, os países em desenvolvimento necessitam remover seus próprios impedimentos ao comércio. Na África, isso deverá também ser parte de um conceito para a integração e cooperação econômica regional, como veículo para aumentar a competitividade e atratividade para os investidores. O FMI vem sendo importante apoio para o comércio regional e integração financeira (por exemplo, na União Econômica e Monetária do Oeste Africano, WAEMU, e na União Alfandegária do Leste e Sul da África, COMESA) e está incentivando a harmonização e simplificação de acordos comerciais subregionais complexos e sobrepostos. Continuaremos a fornecer conselhos e assistência técnica sobre impostos, alfândegas e práticas comerciais. Também forneceremos assistência ao desenvolvimento de vigilância regional e harmonização e convergência de políticas macroeconômicas para ajudar a servir de base para um processo de integração regional mais profunda; o propósito final da nova União Africana.

A implementação do objetivo dos países industriais fornecerem 0,7% do produto nacional bruto (PNB) em assistência oficial para o desenvolvimento (ODA) deve ser considerada investimento na paz e prosperidade em todo o mundo. Com o compromisso de atingir este objetivo durante a presente década, do nível médio atual de 0,24% do PNB, o aumento somente no primeiro ano somaria mais de US\$ 10 bilhões; valor que Kofi Annan identificou como necessário para iniciar um programa abrangente de prevenção e tratamento de HIV/Aids. Além disso, deverá haver escopo para direcionar o aumento do auxílio para as nações mais pobres; é alarmante que apenas um quinto dos fluxos totais de ODA vão agora aos países menos desenvolvidos.

COMO REDUZIR A DÍVIDA

O perdão de dívidas também forma parte integrante de um conceito abrangente para a redução da pobreza. O FMI e o Banco Mundial lideram um esforço com base na iniciativa ampliada Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), que já forneceu US\$ 25 bilhões em perdão de dívidas para 19 países na África, cortando sua relação entre serviço da dívida e exportações em cerca de 50% (de 18% em 1998/2000 para cerca de 9% em 2001/2005). O perdão de dívidas do HIPC fornece economias orçamentárias anuais para esses países que variam de 1% a 2,5% do GDP, o que permite aumentos significativos dos gastos em favor dos pobres.

Acho que é no interesse dos próprios HIPCs rastrear de forma eficaz a utilização dos recursos liberados por essa iniciativa, para demonstrar ao seu povo e à comunidade doadora que estão sendo colocados em bom uso para a redução da pobreza. Estamos fazendo o máximo para estender os benefícios desta iniciativa para os países mercedores remanescentes. No processo, fortaleceremos nossos esforços para atender às necessidades especiais de países emergentes de conflitos, o que inclui juros subsidiados sobre a assistência pós-conflitos de emergência do FMI. Também aprovo as decisões do G-7 e outros países doadores de fornecer perdão adicional ao doar 100% das suas reivindicações bilaterais no contexto da iniciativa HIPC.

Mas também necessitamos esclarecer que o perdão de dívidas não é uma panacéia. O crédito é e permanecerá sendo um elemento indispensável para o desenvolvimento econômico e é por isso que, a longo prazo, será fundamental que os países pobres conquistem a confiança dos investidores na sua capacidade e disposição de pagar o que tomam emprestado. É por isso que o FMI continuará a trabalhar de perto com o Banco Mundial e outros parceiros no auxílio aos países africanos para a criação de setores financeiros domésticos saudáveis e, eventualmente, integrá-los a mercados financeiros internacionais.

O FMI está cooperando ativamente nas preparações para a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD), a ser realizada no México em março de 2002, e esperamos que tenha sucesso. O relatório do secretário geral para o comitê preparatório e o relatório de Zedillo (sobre o financiamento para o

desenvolvimento) são bons passos rumo a um resultado produtivo. E estou confiante que a conferência FfD pode fazer real diferença para a redução da pobreza na África e no mundo como um todo, através de concentração em duas áreas. A primeira é a identificação de lacunas na estrutura institucional para lutar contra a pobreza mundial, utilizando ao máximo os mecanismos existentes. E a segunda é o auxílio ao estabelecimento de eleitorado público mais amplo, especialmente nas economias avançadas, para ações necessárias sobre comércio e auxílio.

Também sigo convencido da necessidade de um sistema concreto, construtivo e transparente para o monitoramento do progresso e coordenação das nossas atividades para atingir os Objetivos Internacionais de Desenvolvimento. Jim Wolfensohn e eu já estamos discutindo abordagem geral a esses temas com Kofi Annan. Mas o tempo está passando e necessitamos fazer progressos mais rápidos. O processo PRSP está atingindo momento importante e deverá ser utilizado como base para monitorar os esforços de redução da pobreza por países pobres específicos. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico está trabalhando em um processo de monitoramento para o fornecimento de apoio pelos principais países industriais em áreas como acesso ao mercado, auxílio, perdão de dívidas e estabelecimento de capacidades. Além disso, ainda há a necessidade de estrutura geral e alocação de responsabilidades, bem como mecanismos para monitorar outras dimensões de apoio internacional, tais como o controle do comércio de armas e tráfico de narcóticos. E, naturalmente, as Nações Unidas são um fórum natural para determinação geral.

Não quero subestimar a magnitude do desafio que todos enfrentamos na promoção do desenvolvimento sustentado e redução da pobreza na África. Mas a visão africana emergente e o programa de trabalho fornecem oportunidade para um passo decisivo para a frente. Não podemos perder esta chance. O FMI é parte da família das Nações Unidas. E temos o compromisso (com base no nosso cargo e conhecimento) de trabalhar de perto com todos vocês para fazer dessa visão uma realidade. □

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

□ DEMOCRACIA, GOVERNO E O MERCADO

John D. Sullivan, diretor executivo, Centro para a Iniciativa Privada Internacional

Não é verdadeira a crença de que os mercados emergirão espontaneamente caso o governo pare de intervir na economia, afirma John D. Sullivan, chefe do Centro para a Iniciativa Privada Internacional. As instituições governamentais e organizações auto-reguladoras necessitam desempenhar papéis fundamentais para assegurar que as normas sejam justas, apliquem-se a todos, sejam executadas e que o processo seja transparente. A comunidade de negócios necessita fazer a sua parte, afirma ele, eliminando a corrupção que é tão devastadora para o crescimento econômico e redução da pobreza.

Desde o início da década de 1980, houve tendência sem precedentes rumo à democracia e economia de mercado. Entretanto, muito permanece por fazer para reforçar esse progresso e preparar as nações para as realidades política e econômica do século XXI, incluindo a globalização. Mesmo democracias estabelecidas há muito tempo, como a Colômbia, Peru e Venezuela, viram sua estabilidade política e econômica ameaçada. Outros países, que incluem a Turquia, Indonésia e Ucrânia, enfrentam severas pressões à medida que tentam estabelecer sociedades democráticas regidas pelo Direito.

A história contemporânea demonstrou que os países com sistemas democráticos baseados no mercado são melhor equipados para atender aos desafios da globalização. Três aspectos da democracia provaram ser cruciais para o desenvolvimento sócio-econômico a longo prazo.

- Um sistema democrático estável é a melhor garantia de estabilidade política, que é essencial para o crescimento econômico a longo prazo.
- Práticas democráticas, tais como transparência e responsabilidade, são essenciais para um governo atento e eficaz, com atividade econômica próspera e eficiente.
- Códigos legais e reguladores apropriados e apoiados pelo estado de Direito necessitam existir para que as empresas tenham sucesso na economia de mercado.

COMO FORTALECER O GOVERNO DEMOCRÁTICO

As experiências das décadas de 1980 e 1990 demonstram que o fracasso da incorporação de governos democráticos como parte da reforma econômica prejudica seriamente a agenda de reformas. Por grande parte dos últimos vinte anos, era falar do Consenso de Washington, programa de reformas com base na estabilização macroeconômica, reformas fiscais e outros ajustes na política econômica. Acontecimentos recentes, especialmente na Europa central e oriental, bem como na Indonésia e Argentina, demonstram os limites dessa abordagem. Deve-se dedicar atenção igual às principais instituições da sociedade e ao processo através do qual são tomadas as decisões governamentais. O estabelecimento da democracia e economia de mercado necessita começar assegurando que as normas do sistema sejam abertas e justas para todos.

As fundações intelectuais para os esforços de construção de uma agenda de reformas democráticas mais ampla e abrangente resultam do campo da Nova Economia Institucional desenvolvido por Ronald Coase e Douglass North, que ganharam o prêmio Nobel pelo seu trabalho. A abordagem institucional afirma simplesmente que as normas são importantes para direcionar os resultados. De forma mais elegante, o sucesso ou fracasso de qualquer esforço para atingir transição duradoura para sistemas democráticos orientados ao mercado depende do projeto e funcionamento da estrutura institucional.

Para ressaltar a importância das instituições, gostaria de apontar três mitos comuns sobre o relacionamento entre o Estado e o mercado.

O primeiro mito é a crença de que, quando a iniciativa privada constitui parte substancial de uma economia, ela terá se tornado economia de mercado. A história apresenta inúmeros exemplos em que este não foi o caso. As Filipinas, com Ferdinand Marcos, e a Indonésia de Suharto são exemplos clássicos de economias capitalistas com base na iniciativa privada. Mas não eram sistemas de mercado aberto. Os economistas chamam esse tipo de comportamento de busca de aluguel. Nós outros de

corrupção e protecionismo. Quanto maior o grau de corrupção sistêmica em uma sociedade, menores são suas funções econômicas sobre princípios de mercado.

São possíveis muitos tipos diferentes de economias de mercado e existem distinções reais entre estruturas institucionais em diferentes países. Mas todas as economias de mercado apresentam um sistema competitivo, em que as normas são idênticas para todos os participantes. Somente uma democracia em pleno funcionamento pode sustentar esse sistema ao longo do tempo.

O segundo mito é baseado em um conceito errôneo de que a comunidade comercial ou o setor privado em geral é um monolito homogêneo que apóia ou opõe-se a certas políticas ou líderes. Este não é o caso. A maior parte dos países possui diversas comunidades comerciais, cada qual com seus próprios interesses e objetivos. Na economia de um país isolado, pode haver o setor estatal, setor privado e setor informal. No setor privado, poderá haver empresas e empresários que trabalhem principalmente no comércio internacional, enquanto outros produzem unicamente para o mercado doméstico. Claramente, esses dois grupos nem sempre apoiaram as mesmas políticas. Nem apoiaram sempre reformas orientadas ao mercado.

As empresas criadas atrás das barreiras protecionistas ao comércio (e com fortes conexões e benefícios do governo) tendem a apoiar o "status quo". Frequentemente são também bastante antidemocráticas. Por outro lado, empresas que não receberam favores governamentais, pequenos empresários e os empregados no comércio internacional muitas vezes lideram as exigências de mudança. Como a comunidade comercial é tão diversa, seria inteligente que essas empresas e empresários formassem parcerias com associações comerciais, organizações privadas, fundações e outras organizações com interesse assumido pela economia aberta e sistema político democrático.

O terceiro mito é o mais perigoso. É a crença de que os mercados emergirão espontaneamente caso o governo pare de intervir na economia. Isso está longe da verdade. O governo necessita estabelecer normas e leis justas e consistentes para que uma economia de mercado forte possa emergir. As instituições governamentais e organizações auto-reguladoras detêm papéis fundamentais para assegurar que as normas sejam executadas. Supervisão bancária justa e confiável é um exemplo.

Sem normas e estruturas reguladoras que governem todos os participantes, segue-se a anarquia. As economias tornam-se então simplesmente "capitalismo de cassino", nas quais os investimentos são apenas apostas que as pessoas manterão sua palavra, que as companhias dirão a verdade, que os trabalhadores serão pagos e que as dívidas serão honradas.

ASSISTÊNCIA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO

Conseguir o relacionamento correto entre departamentos governamentais, organizações comerciais, sociedade civil e instituições de mercado é vital. Os programas de assistência externa conduzidos por países doadores e instituições financeiras internacionais necessitam buscar atingir objetivos concretos, tais como:

- Promoção do desenvolvimento das leis e instituições necessárias para economias abertas e orientadas ao mercado, que incluem as que cobrem direitos de propriedade, antitruste e concorrência, bancos e padrões contábeis.
- Aumento da participação dos cidadãos no processo democrático, permitindo que grupos comerciais e outros segmentos da sociedade civil participem do processo diário de tomada de decisões.
- Criação de sistemas abertos de reações ao governo, que incluam audiências legislativas, comitês de análise reguladora, comitês consultivos de cidadãos e outros canais de comunicação entre a sociedade e o Estado.
- Incentivo a organizações voluntárias privadas e liberdade de associação.
- Estabelecimento de apoio (e compreensão) aos direitos, liberdades e obrigações essenciais para um sistema empresarial privado democrático.
- Aumento da cultura empresarial, através do fornecimento de incentivos para inovar, economizar, investir e abrir novas empresas.
- Simplificação dos sistemas a serem cumpridos, para permitir que micro e pequenas empresas adotem a economia legal, ou formal, e as linhas gerais da sociedade.
- Expansão do acesso a informações econômicas e comerciais necessárias para a tomada de decisões bem informadas por todos os segmentos da sociedade civil.

FORTALECIMENTO DO PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS

Como defensores do setor privado, as associações comerciais em nações industrializadas desempenham papel vital no fortalecimento da boa governabilidade e tomada adequada de políticas. Nas economias de mercado mais emergentes, entretanto, essas associações estão apenas começando a perceber a importância da "resistência em números" e por quê é interesse da comunidade comercial a promoção de processos democráticos. A mobilização de empresas de pequeno e médio porte é especialmente importante para criar a massa crítica que dirige a reforma.

Uma ferramenta para afetar a política pública é uma agenda comercial nacional que identifique a reforma política como prioridade mais alta para a comunidade comercial a curto prazo. A agenda especifica as reformas em termos de leis e regulamentos, oferecendo sugestões concretas para a mudança. A chave para a agenda é a participação. Programas em países tão diversos como Egito, Paraguai, Haiti e Nigéria seguiram etapas similares:

- Reuniões com membros em fóruns abertos para identificar barreiras ao crescimento comercial e criação de empregos.
- Análise de políticas e formação de recomendações.
- Publicação nos meios de comunicação para receber sugestões das partes envolvidas.
- Formulação de programas de reformas políticas.
- Divulgação da agenda.
- Apresentação da agenda ao presidente e principais ministros em reunião nacional.
- Defesa contínua dirigida ao governo, incluindo os poderes executivo e legislativo.

A Associação Nigeriana de Câmaras de Comércio, Indústria, Minas e Agricultura (NACCIMA) utilizou sua agenda por vários anos para coordenar reformas econômicas. Em 1999, essa tarefa assumiu importância fundamental devido à luta do país para a criação de um sistema verdadeiramente democrático após anos de regime militar. Devido à pressão sobre a NACCIMA da transição política da Nigéria e sua contínua crise econômica, o

desenvolvimento e divulgação da agenda comercial nacional demonstra a notável capacidade da NACCIMA frente a dificuldades consideráveis.

A Associação Nacional de Mulheres de Negócios (NABW) do Maláui criou convocação nacional à ação para reparar os sofrimentos experimentados pelas mulheres empreendedoras. A associação promoveu fóruns regionais em todo o país para identificar as principais questões enfrentadas pela mulher, que incluem a falta de informação e acesso ao crédito. A partir dessas reuniões, a NABW desenvolveu agenda comercial nacional e defendeu perante o governo mudanças legislativas que ampliariam o crescimento de empresas de propriedade de mulheres no Maláui.

REMOÇÃO DAS BARREIRAS INSTITUCIONAIS À PARTICIPAÇÃO

Os membros do setor informal fabricam produtos legítimos sem permissão apropriada ou status legal, por não possuírem os recursos necessários para cumprir com normas excessivas e incômodas para participarem da economia formal. Em muitos países, o setor informal pode representar até 50% da economia oficial. Os empreendedores estão bloqueados da economia formal e do processo político, por trabalharem em atividades comerciais de baixa renda e baixo crescimento. Resulta um setor informal grande e crescente das falhas fundamentais de processos governamentais, o que é prova de que não se criou um sistema de mercado.

Hernando de Soto, do Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD) do Peru, foi um dos primeiros a reconhecer os desafios apresentados pelo setor informal à reforma política e econômica. A falta de segurança dos direitos de propriedade é central na sua tese de que milhões de pessoas estão condenadas à pobreza e desprezadas pelo discurso político dos seus países. A pesquisa revolucionária de Soto mudou literalmente a natureza do debate sobre mercados e democracia. Soto e sua equipe do ILD estão estabelecendo instituições de mercado em ambientes tão diversos como o Egito, México e Filipinas. Em breve, Soto voltará sua atenção para a Rússia.

COMO COMBATER A CORRUPÇÃO PARA APOIAR VALORES DEMOCRÁTICOS

As comunidades comerciais em países em desenvolvimento estão concluindo que a corrupção está

custando dinheiro e que necessitam fazer algo para eliminá-la. A corrupção não apenas prejudica a comunidade comercial e os cidadãos de países em desenvolvimento, mas também apresenta efeito desestabilizador sobre a democracia e o bem estar geral de uma nação. O combate à corrupção pode trazer amplas reformas e melhorar o funcionamento do governo.

A Associação Nacional de Empreendedores (ANDE) no Equador criou um programa de pesquisa e defesa dedicado à eliminação de oportunidades de corrupção. A ANDE não se concentra na corrupção do passado ou em qualquer grupo específico, mas na necessidade de iniciar reformas que mudarão a direção dos negócios e instituirão práticas limpas de governo.

Os estudos da ANDE demonstraram que, desde a fundação da República do Equador há mais de 160 anos, foram criadas cerca de 92.250 normas legais, das quais 52.774 ainda estavam em vigor em 1997. O número de leis e regulamentações sobrepostas, obscuras e contraditórias criou um ambiente de caos legal, deixando a aplicação e execução de leis a critério dos burocratas. Como o Equador é um país de código civil, seus tribunais não podem reconciliar leis ou criar precedentes. A ANDE recomendou a criação de um comitê jurídico de sete membros com poderes para codificar e reconciliar as leis existentes. A campanha de defesa da ANDE apresentou resultados tão bons que o comitê jurídico recomendado foi incluído na nova constituição do Equador.

Outra abordagem de combate à corrupção é auxiliar a estabelecer o papel de vigilância dos meios de comunicação na sociedade. O Centro para a Iniciativa Privada Internacional (CIPE) estabeleceu uma rede de 500 jornalistas em toda a América Latina, denominada Jornalistas contra a Corrupção ou PFC, sua abreviatura em espanhol. O PFC apóia os jornalistas dedicados à investigação e exposição do desperdício e conduta antiética do governo e corrupção em todos os setores da sociedade. O PFC é uma rede, consolidadora e fornecedora de serviços para esses jornalistas e as organizações que os apóiam. Ele incentiva o aumento das investigações e relatórios sobre corrupção, oferece assistência investigativa e defende em nome dos jornalistas quando sofrem represálias. Em 2000, os protestos do PFC resultaram na pronta liberação da prisão de dois jornalistas mexicanos que foram indiciados por práticas corruptas e tráfico de drogas pela polícia.

PROMOÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL APROPRIADA

Outro ponto central é a promoção de princípios adequados de administração empresarial que ataquem o lado do fornecimento da relação de corrupção. Desde os altos escândalos durante as crises financeiras da Rússia e da Ásia, questões de administração empresarial surgiram como importantes questões de reformas em países em desenvolvimento e economias em transição. Uma lição aprendida com essas crises é que procedimentos fracos ou inefazes de administração empresarial podem criar ampla responsabilidade potencial para empresas individuais e, coletivamente, para a sociedade. As falhas de administração empresarial podem ser potencialmente tão devastadoras quanto qualquer outro grande choque econômico. Como ressaltou M. R. Chatu Mongol Sonakul, ex-administrador do Banco da Tailândia: "a crise financeira asiática demonstrou que mesmo as economias fortes que não disponham de controle transparente, conselhos empresariais responsáveis e direitos aos acionistas podem entrar em colapso muito rapidamente à medida que a confiança dos investidores desapareça".

Mesmo países com empresas muito grandes podem desejar começar a examinar a questão da administração empresarial, que está agora sendo adaptada para atender às necessidades das empresas familiares. São ainda mais importantes as empresas privatizadas e as que ainda se encontram no setor público. Assegurar bons padrões de administração empresarial nessas áreas aumenta muito a fé do público na integridade do processo de privatização e ajuda a assegurar que o país realize o melhor retorno sobre o investimento nacional.

CONCLUSÃO

O combate à corrupção, incentivo à administração empresarial, fortalecimento das associações comerciais das mulheres e redução das barreiras à formalidade criaram novas oportunidades. Cada ação serve de ponto central para ser levado adiante com reformas de mercado e adoção de práticas democráticas. A administração empresarial adequada requer estrutura de instituições de mercado, bem como práticas comerciais adequadas com base em princípios democráticos. De forma similar, assegurar que as mulheres e os empreendedores de meios modestos tenham acesso ao sistema comercial como participantes e líderes ajuda a assegurar que exista uma economia de mercado aberto para todos, não apenas para alguns favorecidos.

Como afirmou Roque Fernandez, brilhante ex-ministro de Finanças da Argentina, certa vez: "a Guerra Fria passou e a Universidade de Chicago venceu". Ele se referia às agendas de reformas econômicas orientadas ao mercado que estavam sendo efetuadas através de toda a América Latina e grande parte do restante do mundo. Tenho a esperança de podermos adicionar novas e fundamentais dimensões a essa análise, fazendo surgir uma agenda mais ampla e profundamente democrática com base na transparência, responsabilidade, direitos de propriedade e outras normas fundamentais que as sociedades e economias podem utilizar para governar a si próprias. □

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

❑ POBREZA RURAL E URBANA: ENTENDENDO AS DIFERENÇAS

David Satterthwaite, diretor, Programa de Assentamentos Humanos, Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

As definições de pobreza com base em níveis de renda não refletem as muitas formas de privações que levam à pobreza rural e urbana, com o resultado de que as nações e organizações multilaterais subestimam quantas pessoas vivem na pobreza e em quais condições. Além disso, afirma David Satterthwaite, do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento com sede em Londres, as linhas de pobreza com base unicamente na renda não são adequadas para formar uma base firme para programas de redução da pobreza.

Uma série de leis, normas e regulamentações sobre o uso da terra, empresas, construções e produtos muitas vezes torna ilegais a maior parte das formas como os pobres urbanos encontram e constroem suas casas e ganham sua renda, afirma Satterthwaite. Programas para auxiliar na redução da pobreza (destinados a populações urbanas ou rurais) deverão refletir a diversidade e complexidade encontrada em contextos locais.

As medições tradicionais de pobreza consideram se indivíduos ou residências possuem alimentos adequados ou renda suficiente para adquiri-los. Essas medições, entretanto, podem, no melhor dos casos, levar a uma compreensão apenas parcial da pobreza e, muitas vezes, a programas ineficazes ou não dirigidos de redução da pobreza. Eles não detectam muitos aspectos das privações, que incluem a falta de acesso aos serviços essenciais para a saúde e alfabetização e falta de voz política e proteção legal. Eles também não reconhecem as tremendas dificuldades de saúde enfrentadas pelos pobres, que é relacionada às habitações de má qualidade e falta de serviços básicos.

Embora o resultado final da pobreza para residências rurais e urbanas (alimentação insuficiente que ameaça a saúde e as vidas dos membros das famílias) possa ser o mesmo, as causas da pobreza variam. A causa da pobreza para uma habitação rural que depende da posse de uma pequena terra e sofre de baixo rendimento da produção, por exemplo, não é a mesma de uma habitação urbana

em uma comunidade de favela em que o principal fornecedor de receita perdeu seu emprego devido à recessão ou problemas de saúde, ou sofreu queda da receita real. Os programas destinados à redução da pobreza rural e urbana necessitam reconhecer essas diferenças. Eles também necessitam reconhecer, entretanto, as ligações entre áreas rurais e urbanas. A reação da residência rural ao mau rendimento de produção pode ser o envio de um de seus membros a uma área urbana para buscar trabalho; uma residência urbana pode reagir à redução da receita enviando suas crianças para parentes na área rural.

O QUE ESTÁ ERRADO COM AS MEDIÇÕES DA POBREZA COM BASE NA RENDA

Ao longo dos últimos dez anos, a distância entre como a pobreza é compreendida e como ela é medida ampliou-se. Por um lado, volume crescente de literatura com base principalmente em estudos empíricos descreve as muitas dimensões da pobreza (que incluem falta de bens, direitos, acesso a serviços e voz política) e discute quais grupos populacionais são mais vulneráveis. Essa literatura demonstrou como a discriminação muitas vezes causa ou aumenta a pobreza, incluindo a discriminação contra as mulheres, crianças e grupos étnicos específicos. De um lado está a literatura oficial, a maior parte da qual concentra-se em tendências da pobreza e indica dados de pesquisas governamentais ou de agências internacionais que utilizam linhas de pobreza convencionais com base na renda.

A maior parte das definições de pobreza aplicadas à África, Ásia e América Latina baseia-se em definições desenvolvidas décadas atrás na Europa e América do Norte, onde as populações naquela época eram principalmente urbanas e as proporções das populações economicamente ativas que trabalhavam na agricultura eram relativamente baixas e decrescentes. As linhas de pobreza utilizadas atualmente foram estabelecidas através da definição do nível de renda necessário para pagar por alimentos básicos e outros itens essenciais. Mas, em

nações de renda baixa e média com populações principalmente rurais, a maior parte da pobreza não é causada pela falta de renda, mas por falta de acesso suficiente à terra sobre a qual plantar e criar animais e à falta de outros bens de baixa liquidez.

As linhas de pobreza com base na renda apresentam outras duas limitações. Em primeiro lugar, os níveis de renda sobre os quais se baseiam são muito baixos; eles permitem pouco ou nenhum custo de itens essenciais não alimentares, tais como transporte, manutenção das crianças na escola e pagamento de água e serviços de saúde, muito embora esses serviços representem altos custos para a maioria das residências de baixa renda. Em segundo lugar, eles não representam aspectos de pobreza tais como habitações de má qualidade, acesso inadequado a serviços de emergência e proteção legal e falta de voz nos sistemas políticos.

A ESCALA DA POBREZA RURAL E URBANA

O estudo detalhado mais recente, embora um pouco desatualizado (1992), sobre a pobreza rural, que cobre 114 países em desenvolvimento, concluiu que cerca de um bilhão de moradores rurais detinham rendimentos e níveis de consumo abaixo das linhas de pobreza definidas nacionalmente. Dois terços estavam na Ásia e mais de um quinto na África subsaariana. Mais de dois terços da população rural em 42 dos países mais pobres eram "pobres". Os dados ressaltam apenas rendimentos ou níveis de consumo. Eles não consideram o fornecimento inadequado de serviços de saúde e de emergência, água, esgoto e escolas.

O Banco Mundial estima que havia cerca de 500 milhões de moradores urbanos pobres no ano 2000 abaixo da linha de pobreza com base na renda de "um dólar por dia". Embora a pobreza nos países em desenvolvimento tenha em grande parte permanecido nas áreas rurais, isso está mudando à medida que as sociedades se urbanizam e os pobres rurais mudam-se para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades econômicas, ou porque perdem sua terra ou condições de vida. A escala da pobreza urbana é freqüentemente subestimada. Perto de três quartos da população urbana do mundo vivem agora na África, Ásia e América Latina. Na América Latina, a maior parte da pobreza agora é urbana. Na África, embora existam ainda mais pessoas pobres nas áreas rurais que nas áreas urbanas, a população urbana do continente é maior que a da América do Norte e grande parte dela vive na pobreza.

OS POBRES URBANOS

A maioria das estatísticas governamentais sobre pobreza urbana baseia-se em linhas de pobreza que são baixas demais com relação ao custo de vida nas cidades. A estimativa do Banco Mundial para a escala da pobreza urbana é subestimada, pois em muitas cidades um dólar por pessoa por dia não cobre os custos das necessidades não alimentares essenciais.

As grandes cidades apresentam custos particularmente altos para itens essenciais não alimentares, tais como:

- Transporte público.
- Educação. Mesmo quando as escolas são gratuitas, os custos relacionados de uniformes, livros, transporte e taxas de exames aumentam o custo de manutenção das crianças na escola pelas famílias pobres.
- Habitação. Muitas residências alugadas nas cidades gastam mais de um terço da sua renda com aluguel. As residências alugadas ou que se encontram em assentamentos ilegais também pagam altos preços pela água e outros serviços.
- Água, esgoto e coleta de lixo. Os pagamentos para os vendedores de água muitas vezes representam de 10% a 20% da renda de uma residência. Dezenas de milhões de moradores urbanos não possuem banheiros nas suas casas, dependendo de banheiros pagos ou simplesmente utilizando espaços abertos ou sacos plásticos.
- Assistência média e remédios, especialmente onde não há acesso a um fornecedor público ou ONG e necessitam ser pagos serviços privados. Muitas residências de baixa renda também gastam recursos consideráveis na prevenção às doenças (por exemplo, compra de espirais para mosquitos, para proteger os membros da família contra a malária e outras doenças transmitidas pelos mosquitos).
- Assistência infantil, quando todos os adultos de uma residência estão envolvidos em atividades geradoras de receita.
- Pagamentos a organizações de bases comunitárias, subornos policiais, taxas quando presos por vendas ilegais na rua e outros custos ocasionais.

Além disso, uma multiplicidade de leis, normas e regulamentações sobre o uso da terra, empresas, construções e produtos muitas vezes tornam ilegal a maior parte das formas como os pobres urbanos encontram e constroem suas casas e ganham sua renda. Uma lei pode criminalizar os únicos meios através dos quais metade da população de uma cidade ganha a vida ou encontra uma casa. Se aplicadas injustamente, as regulamentações podem apresentar impacto negativo sobre os pobres na forma de despejos em larga escala, limitações aos vendedores nas ruas, relacionamentos exploradores entre clientes e fornecedores que limitam o acesso aos recursos, corrupção e negação de direitos civis e políticos.

Existem conexões importantes entre a extensão das privações enfrentadas por residências de baixa renda e a qualidade do seu governo. Quando a infra-estrutura e serviços (água, esgotos, assistência médica, educação, transporte público) são eficientes, a renda necessária para evitar a pobreza é significativamente reduzida. Quando o governo é eficaz, grupos urbanos mais pobres beneficiam-se das economias de escala fornecidas pelas concentrações urbanas para a maioria das formas de infra-estrutura. Mas, quando um governo é ineficaz e não representativo, as comunidades urbanas pobres podem dispor de condições de vida ruins ou piores que os pobres em áreas rurais. Populações urbanas grandes e altamente concentradas sem acesso à água ou esgoto e com alto risco de incêndios acidentais, vivem em alguns dos ambientes mais ameaçadores do mundo.

OS POBRES RURAIS

Nas áreas rurais, a maior parte das residências depende do acesso à terra e/ou água para plantações e criação de animais ou para a pesca e extração de madeira. A pobreza rural é diversa. O estudo de 1992 sobre a pobreza rural identificou seis categorias de pessoas rurais em maior risco de pobreza: pequenos fazendeiros, os sem-terra, nômades e pastores, grupos étnicos e indígenas, os que dependem de pesca pequena e artesanal e os refugiados e internamente deslocados. Muitos pobres rurais enquadram-se em mais de uma categoria. As causas da pobreza também variam entre as categorias. Além disso, a extensão a que a pobreza rural é influenciada pelos preços dos produtos agrícolas também varia grandemente, das áreas em que a auto-suficiência é a norma até as áreas em que quase toda a produção destina-se a mercados internacionais e onde a extensão da pobreza é muito influenciada pelos preços internacionais e políticas comerciais.

Mais da metade dos pobres rurais e três quartos dos pobres nos "países menos desenvolvidos" são pequenos fazendeiros. Os trabalhadores sem terra compõem proporção mais alta dos pobres rurais em países onde a agricultura é mais comercializada e relacionada aos mercados mundiais. Os trabalhadores sem terra compõem 31% dos pobres rurais na América Latina e no Caribe, por exemplo, em comparação com 11% na África subsaariana.

Como ocorre com a pobreza urbana, uma parte importante da pobreza rural é a falta de serviços tais como escolas, assistência médica e acesso ao crédito. As ligações entre má saúde e pobreza são fortes, pois a maioria dos pobres rurais não detém fácil acesso a serviços de saúde, ainda que enfrentem múltiplos riscos à saúde em seus ambientes doméstico e de trabalho. A razão por que a maioria dos moradores rurais não detém serviços é sua distância das instalações fornecedoras dos serviços. Para a maioria das residências urbanas pobres, a razão é a incapacidade de acesso aos serviços próximos. Uma residência invasora localizada a 200 metros de um hospital, escola secundária ou banco, ou a 40 até 50 metros de uma fonte de água ou esgoto pode ser excluída desses serviços de forma tão eficaz quanto um morador rural residente a trinta quilômetros de distância.

COMO REPENSAR AS MEDIÇÕES DE POBREZA

Para compreender as privações enfrentadas pelos pobres e efetuar os melhores meios de combatê-las, necessitamos compreender os contextos locais e como as forças externas os influenciam. A distinção entre áreas rurais e urbanas é uma forma útil de enfatizar as diferenças em contextos locais e nas formas tomadas pela pobreza, bem como na elaboração de programas para reduzi-la. Necessitamos de uma compreensão de pobreza que:

- Reconheça as diferenças entre populações rurais e urbanas.
- Reconheça que o local onde vivem e trabalham as pessoas e outros aspectos dos seus ambientes influenciam a escala e natureza das suas privações.
- Reconheça que existem características urbanas e rurais comuns que causam ou influenciam a pobreza, reduzindo as generalizações devido à diversidade dos locais urbanos e rurais.

Existem ainda muitas áreas rurais com algumas características urbanas e áreas urbanas com características rurais. Muitas áreas rurais em volta de cidades prósperas ou em corredores que unem duas cidades possuem muitas empresas não agrícolas e adultos que mudam-se ou transferem-se temporariamente para uma área urbana, em busca de trabalho. Muitas áreas rurais possuem indústrias de turismo que fornecem oportunidades de emprego fora da agricultura. Cidades em rápida expansão podem envolver enclaves habitacionais onde persistem características rurais, embora, com o passar do tempo, essas características rurais geralmente se percam. A agricultura é parte importante das condições de vida de muitas residências urbanas de baixa renda. Em ambientes rurais e urbanos, trabalhadores sem terra encontram-se entre os mais pobres dos pobres.

Os programas de redução da pobreza deverão reagir à diversidade e complexidade dos contextos locais. As intervenções por organizações externas deverão ser influenciadas pelo conhecimento e prioridades dos que enfrentam as privações. O funcionamento eficaz de instituições que protegem os direitos civis e políticos dos pobres e fornecem acesso a serviços básicos deverá ser assegurado.

CONSEQÜÊNCIAS PARA AS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

As agências internacionais que trabalham para reduzir a pobreza podem tomar diversas ações.

Primeiramente, elas deverão desenvolver maior capacidade de apoio e trabalho junto a instituições locais que possam delinear iniciativas de redução da pobreza para contextos locais, de formas que atendam e sejam responsáveis para

com os pobres. Isso inclui o trabalho com os governos locais, bem como com ONGs locais e organizações formadas pelos próprios pobres. Em países que incluem a Índia, África do Sul, Zimbábue, Tailândia, Camboja e Filipinas, as federações formadas por grupos pobres urbanos estão trabalhando em conjunto com os governos locais para encontrar formas mais eficazes de redução da pobreza.

Em segundo lugar, elas deverão repensar como a pobreza é definida e medida por escritórios estatísticos nacionais, de forma que as visões dos grupos pobres sejam totalmente representadas e as medidas de pobreza ampliadas para além dos indicadores com base em renda ou em consumo para incluir o acesso a serviços e o respeito pelos direitos civis e políticos. Essa reanálise deverá também reconhecer as variações entre as nações nos níveis de renda necessários para evitar a pobreza.

Por fim, elas deverão assegurar que suas próprias estruturas institucionais e reações políticas à pobreza reconheçam as múltiplas dimensões da pobreza, que incluem as distinções e ligações entre pobreza rural e urbana. □

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

❑ REMESSAS DE DINHEIRO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO

Susan F. Martin, diretora, Instituto para o Estudo da Migração Internacional, Universidade de Georgetown

As remessas de dinheiro — fluxos financeiros de trabalhadores que residem no exterior — estão apresentando impacto positivo muito maior sobre as economias dos países em desenvolvimento que o reconhecido anteriormente, afirma a professora da Universidade de Georgetown Susan Martin. "Os efeitos multiplicadores das remessas de dinheiro podem ser substanciais, com cada dólar produzindo dólares adicionais em crescimento econômico para as companhias que produzem e fornecem produtos adquiridos com esses recursos", afirma ela.

Embora as remessas de dinheiro sejam claramente necessárias e benéficas, afirma Martin, ela indica que os residentes mais pobres dos Estados Unidos e outros países ricos estão arcando com o ônus de ajudar as pessoas em países em desenvolvimento. Os remetentes freqüentemente negligenciam investimentos em educação e conhecimentos profissionais necessários para serem competitivos no seu novo país, afirma ela.

Este artigo foi apresentado originalmente em "Remessas de Dinheiro como Ferramenta para o Desenvolvimento: Conferência Regional", organizada pelo Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Washington D. C., em maio de 2001.

Durante as últimas décadas, as remessas de dinheiro cresceram significativamente em escala e impacto. O Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional para 2000 demonstra que os países do Hemisfério Ocidental receberam mais de US\$ 16 bilhões de trabalhadores que residem no exterior em 1999. Em todo o mundo, o fluxo de remessas de dinheiro excede US\$ 100 bilhões por ano, com mais de 60% destinando-se a países em desenvolvimento.

Apresentando essas estatísticas, vale a pena notar a fraqueza dos dados existentes sobre remessas bancárias. Esses números provavelmente subrepresentam a escala de

remessas bancárias em milhões de dólares, já que muitos países possuem processos inadequados para estimar ou relatar os fundos remetidos por trabalhadores estrangeiros. Corrigindo a subrepresentação, o Banco Interamericano de Desenvolvimento estima que o total de remessas no Hemisfério Ocidental provavelmente exceda agora US\$ 20 bilhões por ano.

O CRESCIMENTO DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Espera-se que as remessas de dinheiro continuem a crescer à medida que a migração internacional continua a expandir-se. Durante os últimos 35 anos, o número de migrantes internacionais dobrou de 76 milhões para mais de 150 milhões em todo o mundo. O Hemisfério Ocidental observou aumento comparável do número de migrantes internacionais que vivem e trabalham no exterior, subindo para cerca de 40 milhões em todo o hemisfério. Cerca de três quartos residem nos Estados Unidos. Destes, mais da metade vem de outros países nas Américas. Outros países destinatários importantes de migrantes internacionais são o Canadá, Venezuela e Costa Rica, com alguns países como o México experimentando emigração, imigração e trânsito ao mesmo tempo.

Existe uma série de razões para o provável crescimento contínuo da migração internacional no futuro, embora as fontes e destinos possam modificar-se. Segundo a teoria clássica, a imigração ocorre quando há uma combinação de fatores de saída/fornecimento e entrada/demanda, bem como redes de conexão do fornecimento de migrantes com a demanda dos empregadores e famílias nos países de destino. A integração e globalização econômica está alimentando todas as partes dessa equação. Do lado da demanda, as empresas, especialmente mas não exclusivamente corporações multinacionais, pressionam em busca de acesso ao mercado de trabalho global para recrutamento de pessoal. Isso refere-se ao trabalho especializado e não especializado. Do lado da oferta, quando expectativas crescentes de avanço econômico não

são atendidas de forma suficientemente rápida, a migração é tentadora para os trabalhadores que podem ganhar muito mais em países mais ricos. Geralmente, os mais dispostos à migração detêm alguns recursos para investir na mudança.

O aumento da imigração geralmente indica aumento das remessas de dinheiro. Até um passado relativamente recente, os pesquisadores, economistas e agências de desenvolvimento tendiam a reduzir a importância das remessas de dinheiro ou enfatizavam apenas seus aspectos negativos. Eles freqüentemente argumentavam que o dinheiro enviado pelos trabalhadores estrangeiros era gasto principalmente em itens de consumo, assinalando que raramente era investido em atividades produtivas que fizessem crescer as economias dos países em desenvolvimento. Eles também temiam que os destinatários de remessas de dinheiro tornassem-se dependentes delas, reduzindo os incentivos de investimento em suas próprias atividades geradoras de receita.

Além disso, o que era considerado consumismo excessivo, argumentavam eles, levaria a iniquidades, com lares dependentes de remessas de dinheiro excedendo o padrão de vida disponível para os que não possuíam membros da família trabalhando no exterior. Muitas vezes, as tentativas do governo para incentivar ou exigir investimentos de remessas bancárias foram cruéis e geraram poucas melhorias econômicas. Ao longo do tempo, os críticos apontaram que as remessas de dinheiro seriam reduzidas à medida que os trabalhadores estrangeiros se acomodassem em suas novas comunidades e perdessem contato com suas comunidades de origem. Às vezes, esposas e filhos seriam deixados para trás, com todas as remessas importantes deixando de contribuir com seu sustento.

OS EFEITOS DAS REMESSAS DE DINHEIRO

Muitos desses problemas ainda existem, mas o trabalho recente sobre remessas de dinheiro exhibe quadro muito mais complexo. Talvez porque a escala de remessas de dinheiro tenha crescido tão substancialmente nos últimos anos (quase quadruplicou no Hemisfério Ocidental durante a última década), os especialistas agora reconhecem que as remessas de dinheiro apresentam impacto positivo muito maior sobre as comunidades em países em desenvolvimento que o reconhecido anteriormente. Especialistas como Edward Taylor na Universidade da Califórnia em Davis argumentam que mesmo o uso das remessas de dinheiro para o consumo

estimula o desenvolvimento econômico, particularmente quando as residências gastam suas remessas localmente. Os efeitos multiplicadores de remessas de dinheiro podem ser substanciais, com cada dólar produzindo dólares adicionais em crescimento econômico para as empresas que fabricam e fornecem os produtos adquiridos com esses recursos.

Os efeitos microeconômicos das remessas de dinheiro podem também ser significativos. São colaboradores importantes as associações de cidades natais (HTAs) de migrantes no exterior que enviam recursos comuns para as vilas de onde emigraram. Recolhidos através de uma série de meios, esses recursos auxiliaram as vilas a melhorar estradas, sistemas de água e esgoto, clínicas médicas, escolas e outros tipos de infra-estrutura comunitária. Os HTAs muitas vezes começam com recursos pequenos, mas têm o potencial de crescimento até tamanho significativo. De acordo com um estudo, "Considere a 'Comunidade Unida de Chinameca', de El Salvador: seu primeiro donativo foi de US\$ 5.000 para construir uma escola e, em seguida, eles construíram uma fossa séptica no valor de US\$ 10.000. Posteriormente, construíram uma clínica da Cruz Vermelha ao custo de US\$ 43.000 e compraram uma ambulância no valor de US\$ 32.000." Alguns governos estaduais e locais combinam recursos com HTAs a fim de ampliar seu impacto. Tem havido uma tendência recente rumo ao incentivo às HTAs para investir em pequenas empresas e atividades industriais, a fim de gerar novos empregos para os habitantes. Estas são iniciativas verdadeiramente fundamentais que envolvem o desenvolvimento entre comunidades.

Além disso, as remessas de dinheiro são freqüentemente utilizadas para auxiliar as famílias a atender às necessidades de emergência que poderão talvez ser melhor atendidas através de outros meios, ou evitadas. Muitas residências utilizam, por exemplo, uma parte de suas remessas de dinheiro para lidar com necessidades de assistência médica de emergência por não deterem acesso à assistência médica rotineira e não possuírem cobertura de seguro.

O Projeto Mexicano de Migração pergunta aos participantes como seus familiares utilizam as remessas de dinheiro. De acordo com um estudo de pesquisa, "o maior uso isolado relatado de fundos economizados ou remetidos foi o gasto com assistência médica para membros da família. Dentre os que remeteram (cerca de 60% dos pesquisados), três quartos relataram que uma

parcela dos fundos era utilizada para gastos com assistência médica." Ao mesmo tempo, muitos migrantes não aproveitam uma iniciativa do governo mexicano que permite que eles comprem seguro-saúde para famílias no México a taxa mensal muito baixa. Essa cobertura de saúde além-fronteiras, adquirida nos Estados Unidos para os parentes em casa, poderia ser uso mais eficaz das remessas que o financiamento de cuidado de emergência. Como muitos migrantes retornam periodicamente às suas comunidades de origem, esses programas além-fronteiras poderiam também fornecer aos residentes norte-americanos, em grande parte não segurados, uma fonte de assistência médica.

Grande parte das remessas de dinheiro que fluem para a América Central foi utilizada para reconstruir os países após anos de guerra civil e os mais recentes furacões e terremotos. As remessas de dinheiro tornaram-se parte tão importante da reconstrução que tem estado proeminentemente na agenda da política externa. O residente de El Salvador, Francisco Flores Perez, utilizou recentemente uma visita ao presidente George W. Bush para solicitar autorizações de trabalho para salvadorenhos nos Estados Unidos. Os crescentes ganhos que os trabalhadores legalmente autorizados poderiam remeter superariam em muito a provável ajuda externa que estaria por ser recebida.

O "CUSTO" DAS REMESSAS DE DINHEIRO

O auxílio das remessas de dinheiro é claramente necessário e benéfico para as famílias que recebem essa ajuda, mesmo quando as remessas são utilizadas para apoiar o desenvolvimento ou cuidar das necessidades de reconstrução, significando que os residentes mais pobres dos Estados Unidos e outros países ricos estão arcando com o ônus de ajudar as pessoas nos países em desenvolvimento. Os migrantes latino-americanos tendem a receber rendimentos baixos, muitas vezes vivendo em

pobreza, ainda que enviem bilhões de dólares aos seus países de origem.

Embora sejam benéficas para as famílias e sociedades de origem, é pertinente perguntar se as remessas de dinheiro representam custos para os que moram no exterior. Quais compensações eles estão fazendo para economizar recursos suficientes para as remessas? Eles são incapazes de fazer investimentos em educação e aumento de conhecimentos, por exemplo, para enviar dinheiro para casa? Existem formas, talvez através de programas de investimento comunitário apoiados por companhias de transferência de remessas bancárias, para investir parte dessa receita perdida em atividades de desenvolvimento em seus novos locais de residência?

Em resumo, a questão das remessas de dinheiro como recurso para o desenvolvimento requer melhores respostas a algumas questões fundamentais. Por exemplo, como os governos podem melhor estimular o fluxo real de remessas de dinheiro; como são precisamente utilizadas as remessas; existem mecanismos alternativos para obtenção de melhor retorno do investimento? Até que ponto o efeito multiplicador das remessas de dinheiro pode ser aumentado por iniciativas para incentivar a compra local de bens produzidos localmente; de que forma pode-se melhor reduzir os custos de transferências para maximizar o nível de remessas de dinheiro que atinge comunidades locais; e de que forma os governos e organizações internacionais podem melhor auxiliar as HTAs e as vilas de origem a fazer uso mais eficaz das remessas comuns para desenvolvimento sem impedir a iniciativa local? Considerando-se a escala atual de remessas de dinheiro e seu potencial como ferramenta para o desenvolvimento, essas questões claramente merecem atenção. □

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

FATOS E NÚMEROS

□ INDICADORES DA POBREZA

O Fundo Monetário Internacional (FMI) fornece assistência aos membros de baixa renda através de empréstimos subsidiados com base na Facilidade de Crescimento e Redução da Pobreza (PRGF) e perdão de dívidas com base na iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).

Lançada em 1996, a iniciativa HIPC é projetada para reduzir o encargo da dívida externa de países mercedores a níveis sustentáveis, permitindo que eles atendam suas dívidas externas sem necessidade de perdão adicional de dívidas e sem comprometer o crescimento. A assistência com base na iniciativa HIPC é limitada a países que são mercedores de empréstimos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e PRGF e que: possuam fortes registros de desempenho político com base em programas apoiados pelo PRGF e IDA, mas provavelmente não alcancem situação de dívida sustentável após o uso total dos mecanismos tradicionais de perdão de dívidas.

No quadro a seguir, a renda nacional bruta (GNI), antigo produto nacional bruto (BNP), é o valor final da produção de bens e serviços gerados pelos residentes de uma economia, mais o rendimento primário de fontes não residentes.

O percentual de pessoas que vive com menos de um dólar por dia é parte da medição de pobreza internacional adotada pelo Banco Mundial. Os dados baseiam-se em pesquisas domésticas conduzidas por escritórios estatísticos nacionais ou agências privadas, supervisionadas por agências internacionais ou governos nacionais e obtidas através de escritórios estatísticos governamentais e departamentos nacionais do Banco Mundial. O padrão de um dólar por dia (US\$ 1,08 em preços internacionais de 1993) é equivalente a US\$ 1 em preços de 1985 ajustados pela paridade do poder de compra (PPP).

Países mercedores de PRGF
(* indica que o país também é mercedor de HIPC)

| País | População (milhões) 1999 | GNI per capita (dólares) 1999 | Percentual da população que vive com menos de US\$ 1/dia 1999 (ano da pesquisa) | Analfabetismo 15 anos e acima homens / mulheres 1999 | |
|--------------------|--------------------------------|-------------------------------------|--|---|----|
| Afeganistão | 26 | — | — | 50 | 80 |
| Albânia | 3 | 930 | — | 9 | 23 |
| Angola* | 12 | 270 | — | — | — |
| Armênia | 4 | 490 | 7,8 (1996) | 1 | 3 |
| Azerbaijão | 8 | 460 | 2 (1995) | — | — |
| Bangladesh | 128 | 370 | 29,1 (1996) | 48 | 71 |
| Benin* | 6 | 380 | — | 45 | 76 |
| Butão | 0.8 | 510 | — | — | — |
| Bolívia* | 8 | 990 | 29,4 (1997) | 8 | 21 |
| Bósnia Herzegovina | 4 | 1.210 | — | — | — |
| Burkina Faso* | 11 | 240 | 61,2 (1994) | 67 | 87 |
| Burundi* | 7 | 120 | — | 44 | 61 |

(Continuação)

| País | População (milhões) 1999 | GNI per capita (dólares) 1999 | Percentual da população que vive com menos de US\$ 1/dia 1999 (ano da pesquisa) | Analfabetismo 15 anos e acima homens / mulheres 1999 | |
|-----------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|--|---|----|
| Camboja | 12 | 260 | — | 41 | 79 |
| Cameroun* | 15 | 600 | — | 19 | 31 |
| Cabo Verde | 0,4 | 1.330 | — | 16 | 35 |
| República Centro Africana* | 4 | 290 | 66,6 (1993) | 41 | 67 |
| Chade* | 7 | 210 | — | 50 | 68 |
| Comoros | 0,5 | 350 | — | 34 | 48 |
| Congo, Rep. Democrática do* | 50 | 755 est. | — | 28 | 51 |
| Congo, República do* | 3 | 550 | — | 13 | 27 |
| Costa do Marfim* | 16 | 670 | 12,3 (1995) | 46 | 63 |
| Djibouti | 0,6 | 5.020 | — | 25 | 47 |
| Dominica | 0,07 | 3.260 | — | — | — |
| Eritréa | 4 | 200 | — | 33 | 61 |
| Etiópia* | 63 | 100 | 31,3 (1995) | 57 | 68 |
| Gâmbia* | 1 | 330 | 53,7 (1992) | 57 | 72 |
| Geórgia | 5 | 620 | 2 (1996) | — | — |
| Gana* | 19 | 400 | 38,8 (1998) | 21 | 39 |
| Granada | 0,1 | 3.440 | — | — | — |
| Guiné* | 7 | 490 | — | — | — |
| Guiné-Bissau* | 1 | 160 | — | 42 | 82 |
| Güiana* | 0,9 | 760 | — | 1 | 2 |
| Haiti | 8 | 460 | — | 49 | 53 |
| Honduras* | 6 | 760 | 40,5 (1996) | 26 | 26 |
| Iêmen* | 17 | 360 | 15,7 (1998) | 33 | 76 |
| Índia | 998 | 440 | 44,2 (1997) | 32 | 56 |
| Ilhas Salomão | 0,4 | 750 | — | — | — |
| Quênia* | 29 | 360 | 26,5 (1994) | 12 | 25 |
| Quirguistão | 5 | 300 | — | — | — |
| Kiribati | 0,08 | 910 | — | — | — |
| Laos* | 5 | 290 | 26,3 (1997) | 37 | 68 |
| Lesoto | 2 | 550 | 43,1 (1993) | 28 | 7 |
| Libéria* | 3 | — | — | 31 | 63 |
| Macedônia | 2 | 1.660 | — | — | — |
| Madagascar* | 15 | 250 | 63,4 (1997) | 27 | 41 |
| Maláui* | 11 | 180 | — | 26 | 55 |
| Maldivas | 0,3 | 1.200 | — | 4 | 4 |
| Máli* | 11 | 240 | 72,8 (1994) | 53 | 67 |
| Mauritânia* | 3 | 390 | 28,6 (1995) | 48 | 69 |
| Moldova | 4 | 410 | 11,3 (1997) | 1 | 2 |
| Mongólia | 2 | 390 | 13,9 (1995) | 27 | 48 |
| Moçambique* | 17 | 220 | 37,9 (1996) | 41 | 72 |
| Myanmar* | 45 | 755 est. | — | 11 | 20 |
| Nepal | 23 | 220 | 37,7 (1995) | 42 | 77 |

(Continuação)

| País | População (milhões) 1999 | GNI per capita (dólares) 1999 | Percentual da população que vive com menos de US\$ 1/dia 1999 (ano da pesquisa) | Analfabetismo 15 anos e acima homens / mulheres 1999 | |
|--------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|--|---|----|
| Nicarágua* | 5 | 410 | — | 33 | 30 |
| Níger* | 10 | 190 | 61,4 (1995) | 77 | 92 |
| Nigéria | 124 | 260 | 70,2 (1997) | 29 | 46 |
| Paquistão | 135 | 470 | 31 (1996) | 41 | 70 |
| Ruanda* | 8 | 250 | 35,7 (1983-85) | 27 | 41 |
| Samoa | 0,2 | 1.070 | — | 19 | 21 |
| Santa Lúcia | 0,2 | 3.820 | — | — | — |
| São Tomé e Príncipe* | 0,1 | 270 | — | — | — |
| São Vicente e Granadinas | 0,1 | 2.640 | — | — | — |
| Senegal* | 9 | 500 | 26,3 (1995) | 54 | 73 |
| Serra Leoa* | 5 | 130 | 57 (1989) | — | — |
| Somália* | 9 | — | — | — | — |
| Sri Lanka | 19 | 820 | 6,6 (1995) | 6 | 11 |
| Sudão* | 29 | 330 | — | 31 | 55 |
| Tajiquistão | 6 | 280 | — | 1 | 1 |
| Tanzânia* | 33 | 260 | 19,9 (1993) | 16 | 34 |
| Togo* | 5 | 310 | — | 26 | 60 |
| Tonga | 0,1 | 1.730 | — | — | — |
| Uganda* | 21 | 320 | — | 23 | 45 |
| Vanuatu | 0,2 | 1.180 | — | — | — |
| Vietnã* | 78 | 370 | — | 5 | 9 |
| Zâmbia* | 10 | 330 | 63,7 (1998) | 15 | 30 |
| Zimbábue | 12 | 530 | 36 (1990-91) | 8 | 16 |

Fontes: Banco Mundial, *World Development Indicators 2001* and *The Little Data Book 2001*.

Indicadores de Saúde
(** = percentual da população urbana 1999)

| | Percentual de homens 15 a 24 anos com HIV 1999 (média de estimativas) | Percentual de mulheres 15 a 24 anos com HIV 1999 | Mortes Infantis por 1.000 nascidos vivos 1999 | Percentual de crianças até 5 anos pesando abaixo do padrão da OMS 1993-99 | Percentual da população com acesso a melhores fontes de água 2000 |
|----------------------------|---|--|--|--|---|
| Afeganistão | — | — | 147 | — | 19 |
| Albânia | — | — | 24 | 8 | — |
| Angola | 2.7 | 1.3 | 127 | 41 | 38 |
| Armênia | — | — | 14 | 3 | — |
| Azerbaijão | — | — | 16 | 10 | — |
| Bangladesh | 0 | 0 | 61 | 56 | 97 |
| Benin | 2.2 | 0.9 | 87 | 29 | 63 |
| Butão | — | — | 59 | 19 | 86** |
| Bolívia | 0 | 0.1 | 59 | 8 | 79 |
| Bósnia Herzegovina | — | — | 13 | — | — |
| Burkina Faso | 5.8 | 2.3 | 105 | 33 | 84** |
| Burundi | 11.6 | 5.7 | 105 | — | 96** |
| Camboja | 3.5 | 2.4 | 100 | 47 | 30 |
| Cameroun | 7.8 | 3.8 | 77 | 22 | 62 |
| Cabo Verde | — | — | 39 | — | 64** |
| República Centro Africana | 14.1 | 6.9 | 96 | 23 | 60 |
| Chade | 3 | 1.9 | 101 | 39 | 27 |
| Comoros | — | — | 61 | — | 98 |
| Congo, Rep. Democrática do | 5.1 | 2.5 | 85 | 34 | 45 |
| Congo, República do | 6.5 | 3.2 | 89 | — | 51 |
| Costa do Marfim | 9.5 | 3.8 | 111 | 24 | 77 |
| Djibouti | — | — | 109 | — | 100** |
| Dominica | — | — | 14 | — | — |
| Eritréa | — | — | 60 | 44 | 46 |
| Etiópia | 11.9 | 7.5 | 104 | — | 77** |
| Gâmbia | 2.2 | 0.9 | 75 | 26 | 62 |
| Geórgia | — | — | 15 | 3 | — |
| Gana | 3.4 | 1.4 | 57 | 25 | 64 |
| Granada | — | — | 13 | — | 97** |
| Guiné | 1.4 | 0.6 | 96 | — | 48 |
| Guiné-Bissau | 2.5 | 1 | 127 | — | 49 |
| Güiana | — | — | 57 | — | 98** |
| Haiti | 2.9 | 4.9 | 70 | 28 | 46 |
| Honduras | 1.7 | 1.4 | 34 | 25 | 90 |
| Yemen | — | — | 79 | 46 | 66 |
| Ilhas Salomão | — | — | 21 | — | — |
| Índia | 0.6 | 0.4 | 71 | 45 | 88 |
| Quênia | 13 | 6.4 | 76 | 22 | 49 |
| Quirguistão | — | — | 26 | 11 | 77 |

(Continuação)

| | Percentual de homens 15 a 24 anos com HIV 1999 (média de estimativas) | Percentual de mulheres 15 a 24 anos com HIV 1999 | Mortes Infantis por 1.000 nascidos vivos 1999 | Percentual de crianças até 5 anos pesando abaixo do padrão da OMS 1993-99 | Percentual da população com acesso a melhores fontes de água 2000 |
|--------------------------|---|--|--|--|---|
| Kiribati | — | — | 56 | — | 82** |
| Laos | 0.1 | 0 | 93 | 40 | 90 |
| Lesoto | 26.4 | 12.1 | 92 | 16 | 91 |
| Libéria | — | — | 113 | — | — |
| Macedônia | — | — | 16 | 6 | 99 |
| Madagascar | 0.1 | 0 | 90 | 40 | 47 |
| Maláui | 15.3 | 7 | 132 | 30 | 57 |
| Maldivas | — | — | 29 | — | 100** |
| Máli | 2.1 | 1.3 | 120 | 27 | 65 |
| Mauritânia | 0.6 | 0.4 | 88 | 23 | 37 |
| Moldova | 0.1 | 0.3 | 17 | — | 100 |
| Mongólia | — | — | 58 | 13 | 60 |
| Moçambique | 14.7 | 6.7 | 131 | 26 | 60 |
| Myanmar | 1.7 | 1 | 77 | — | 68 |
| Nepal | 0.2 | 1 | 75 | 47 | 81 |
| Nicarágua | 0.1 | 0.2 | 34 | 12 | 79 |
| Níger | 1.5 | 0.9 | 116 | 50 | 59 |
| Nigéria | 5.1 | 2.5 | 83 | 39 | 57 |
| Paquistão | 0 | 0.1 | 90 | 38 | 88 |
| Ruanda | 10.6 | 5.2 | 123 | 27 | 41 |
| Samoa | — | — | 23 | — | — |
| Santa Lucía | — | — | 16 | — | — |
| São Tomé e Príncipe | — | — | 47 | — | — |
| São Vicente e Granadinas | — | — | 20 | — | — |
| Senegal | 1.6 | 0.7 | 67 | 22 | 78 |
| Serra Leoa | 2.9 | 1.2 | 168 | — | 28 |
| Somália | — | — | 121 | — | — |
| Sri Lanka | 0.1 | 0 | 15 | 33 | 33 |
| Sudão | — | — | 67 | 34 | 86** |
| Tajiquistão | — | — | 20 | — | — |
| Tanzânia | 8.1 | 4 | 95 | 31 | 54 |
| Togo | 5.5 | 2.2 | 77 | 25 | 54 |
| Tonga | — | — | 21 | — | 50 |
| Uganda | 7.8 | 3.8 | 88 | 26 | — |
| Vanuatu | — | — | 36 | — | — |
| Vietnã | 0.1 | 0.3 | 37 | 37 | 48 |
| Zâmbia | 17.8 | 8.2 | 114 | 24 | 52 |
| Zimbábue | 24.5 | 11.3 | 70 | 16 | 77 |

❑ RELAÇÃO DE PAÍSES POR GRUPO DE RENDA

Baixa Renda

Afeganistão
Angola
Armênia
Azerbaijão
Bangladesh
Benin
Burkina Faso
Burundi
Butão
Camboja
Cameroun
Chade
Comoros
Costa do Marfim
Eritréa
Etiópia
Gâmbia
Gana
Geórgia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iêmen
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Laos
Lesoto
Libéria
Madagascar
Maláui
Máli
Mauritânia
Moçambique
Moldova
Mongólia
Myanmar
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Paquistão
Quênia
Quirguistão

República Centro Africana
República Democrática da Coréia
República Democrática do Congo
República do Congo
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tajiquistão
Tanzânia
Togo
Turcomenistão
Ucrânia
Uganda
Uzbequistão
Vietnã
Zâmbia
Zimbábue

Renda Média Inferior

Albânia
Argélia
Belize
Bielo Rússia
Bolívia
Bósnia Herzegovina
Bulgária
Cabo Verde
Cazaquistão
China
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Djibouti
Egito
El Salvador
Equador
Estados Federados da Micronésia
Faixa Oriental e Gaza
Federação Russa
Fiji

Filipinas
Guatemala
Güiana
Guiné Equatorial
Honduras
Ilhas Marshall
Irã
Iraque
Iugoslávia (Sérvia/Montenegro)
Jamaica
Jordânia
Kiribati
Letônia
Lituânia
Macedônia
Maldivas
Máli
Marrocos
Namíbia
Papua-Nova Guiné
Paraguai
Peru
República Dominicana
Romênia
Samoa
São Vicente e Granadinas
Síria
Sri Lanka
Suazilândia
Suriname
Tailândia
Tonga
Tunísia
Turquia
Vanuatu

Renda Média Superior

África do Sul
Antigua e Barbuda
Arábia Saudita
Argentina
Bahrain
Barbados
Botsuana
Brasil
Chile
Croácia
Dominica
Eslováquia
Estônia
Gabão
Granada
Hungria
Ilha de Man
Líbano
Líbia
Malásia
Malta
Maurício
Mayotte
México
Omã
Palau
Panamá
Polônia
Porto Rico
República Checa

República da Coréia
Samoa Americana
Santa Lúcia
São Cristóvão e Névis
Seychelles
Trinidad e Tobago
Uruguai
Venezuela

Alta Renda

Alemanha
Andorra
Antilhas Holandesas
Aruba
Austrália
Áustria
Bahamas
Bélgica
Bermuda
Brunei
Canadá
Catar
Chipre
Cingapura
Dinamarca
Emirados Árabes Unidos
Eslovênia
Espanha
Estados Unidos

Finlândia
França
Grécia
Groenlândia
Guam
Holanda
Hong Kong, China
Ilhas Cayman
Ilhas do Canal
Ilhas Feroé
Ilhas Marianas do Norte
Ilhas Virgens Americanas
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Kuait
Liechtenstein
Luxemburgo
Macau, China
Mônaco
Noruega
Nova Caledônia
Nova Zelândia
Polinésia Francesa
Portugal
Reino Unido
San Marino
Suécia
Suíça

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators 2001*.

❑ ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO E SEU DESTINO

O Banco Mundial é a maior fonte isolada do mundo de assistência ao desenvolvimento para reduzir a pobreza global. Os recursos para empréstimos da Associação de Desenvolvimento Internacional para países pobres são retirados das contribuições dos acionistas. Os empréstimos do banco também ajudam a mobilizar recursos adicionais de co-financiadores ou clientes governamentais para apoiar objetivos comuns de desenvolvimento. O ano fiscal do Banco Mundial vai de 1º de julho a 30 de junho.

| Empréstimos por região | Ano Fiscal 2000 (milhões de US\$) |
|---------------------------------|--|
| África | 2.159 |
| América Latina e Antilhas | 4.063 |
| Ásia Oriental e Oceania | 2.979 |
| Europa Oriental e Ásia Central | 3.042 |
| Oriente Médio e norte da África | 920 |
| Sul da Ásia | 2.112 |
| Total | 15.300 |

| Empréstimos por setor | Ano Fiscal 2000 (percentual) |
|----------------------------------|---|
| Multi-setorial | 4.8 |
| Educação | 4.5 |
| Desenvolvimento urbano | 4.1 |
| Meio ambiente | 3.4 |
| Desenvolvimento do setor privado | 1.4 |
| Óleo e gás natural | 1.1 |
| Telecomunicações | 0.7 |
| Mineração | 0.4 |
| Administração do setor público | 14.8 |
| Setor financeiro | 12.0 |
| Transporte | 1.1 |
| Política econômica | 8.4 |
| Agricultura | 7.4 |
| Proteção social | 7.2 |
| Saúde, nutrição, população | 6.5 |
| Energia, incluindo elétrica | 6.5 |
| Fornecimento de água e esgotos | 5.9 |

Fonte: Banco Mundial, *Partnerships for Development: Spring 2001*.

REMESSAS DE DINHEIRO DOS TRABALHADORES

| | Crédito | | Débito | |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1993 | 1999 | 1993 | 1999 |
| Total (milhões de US\$) | 43.727 | 62.976 | 45.619 | 60.947 |
| Países industrializados | 12.188 | 11.766 | 23.984 | 32.995 |
| Países em desenvolvimento | 31.539 | 51.211 | 21.635 | 27.952 |
| África | 4.946 | 5.993 | 1.484 | 5.277 |
| Angola | — | — | 83 | — |
| Benin | 103 | 0 | 21 | — |
| Botsuana | — | — | 81 | 70 |
| Burkina Faso | 117 | — | 62 | — |
| Costa do Marfim | — | — | 420 | — |
| Gana | 10 | 31 | 4 | 6 |
| Guiné | — | 6 | 20 | 13 |
| Marrocos | 1.959 | 1.938 | 14 | 20 |
| Nigéria | 793 | 1.301 | 2 | 9 |
| Seychelles | 9 | 4 | 15 | 11 |
| Tunísia | 446 | 761 | 7 | 8 |
| Ásia | 7.807 | 17.906 | 85 | 3.156 |
| Bangladesh | 1.007 | 1.797 | — | 2 |
| China | 108 | 384 | 15 | 70 |
| Coréia | 311 | 54 | — | 184 |
| Filipinas | 311 | 102 | 32 | 57 |
| Ilhas Salomão | — | — | 2 | — |
| Índia | 3.495 | 11.002 | — | 22 |
| Indonésia | 346 | 1.109 | — | — |
| Malásia | — | — | — | 2.038 |
| Maldivas | — | — | 27 | 41 |
| Myanmar | 28 | 138 | — | — |
| Nepal | 55 | 443 | 3 | 27 |
| Papua-Nova Guiné | — | — | — | 8 |
| Paquistão | 1.446 | — | 1 | — |
| Samoa | 31 | 45 | 3 | 3 |
| Sri Lanka | 632 | 1.056 | — | — |
| Vanuatu | 5 | 19 | — | 36 |

(Continuação)

| | Crédito | | Débito | |
|-----------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1993 | 1999 | 1993 | 1999 |
| Europa | 3.534 | 6.520 | 4 | 255 |
| Albânia | 275 | 357 | — | — |
| Armênia | — | 15 | — | 7 |
| Chipre | 79 | 83 | — | 81 |
| Croácia | 213 | 454 | — | 28 |
| Polônia | — | 698 | — | 35 |
| Turquia | 2.919 | 4.529 | — | — |
| Oriente Médio | 7.782 | 6.203 | 19.166 | 18.458 |
| Arábia Saudita | — | — | 15.717 | 13.977 |
| Bahrain | — | — | 396 | 856 |
| Egito | 5.664 | 3.235 | — | 39 |
| Jordânia | 1.040 | 1.664 | 78 | 204 |
| Kuait | — | — | 1.229 | 1.731 |
| Líbia | — | — | 323 | 213 |
| Omã | 39 | 39 | 1.423 | 1.438 |
| Hemisfério Ocidental | 7.470 | 14.589 | 896 | 806 |
| Argentina | 42 | 29 | 34 | 38 |
| Brasil | 1.123 | 1.190 | 48 | 138 |
| Colômbia | 455 | 532 | — | 140 |
| Costa Rica | 0 | 101 | — | 84 |
| Equador | 75 | 1.084 | — | — |
| El Salvador | 790 | 1.374 | — | — |
| Guatemala | 205 | 466 | 6 | 27 |
| Honduras | 60 | 320 | — | 1 |
| Jamaica | 187 | 679 | 6 | 96 |
| México | 3.332 | 5.909 | — | — |
| Nicarágua | 25 | 300 | — | — |
| Panamá | 17 | 16 | 24 | 21 |
| Peru | 289 | 712 | — | — |
| República Dominicana | 721 | 1.519 | — | — |
| Trinidad e Tobago | 18 | 0 | — | — |
| Venezuela | — | — | 726 | 179 |

Observação: As remessas de dinheiro dos trabalhadores cobrem as transferências atuais de migrantes que estão empregados em novas economias e os considerados residentes. Um migrante é uma pessoa que vem para uma economia e ali permanece, ou espera-se que permaneça, por um ano ou mais. As remessas de dinheiro dos trabalhadores freqüentemente envolvem pessoas relacionadas. As pessoas que trabalham e permanecem em novas economias por menos de um ano são consideradas não-residentes; suas transações são apropriadas principalmente para o componente de compensação de funcionários.

Fonte: Fundo Monetário Internacional, *Balance of Payments Statistics Yearbook 2000*.

RECURSOS DE INFORMAÇÕES

CONTATOS IMPORTANTES E SITES NA INTERNET

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

Corporação da Paz

1111 20 St. N.W.

Washington, D.C. 20526 - Estados Unidos

Fone: 800-424-8580

<http://www.peacecorps.gov>

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional**Centro de Informações**

Ronald Reagan Building

Washington, D.C. 20523-1000 - Estados Unidos

Fone: 202-712-4810

Fax: 202-216-3524

<http://www.usaid.gov>

Departamento de Agricultura dos Estados Unidos**Serviço de Agricultura Estrangeira**

1400 Independence Ave. S.W.

Washington, D.C. 20250 - Estados Unidos

Fone: 202-720-3101

<http://www.fas.usda.gov/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos**Escritório de Questões Econômicas e Financeiras**

2201 C. St. N.W.

Washington, D.C. 20520 - Estados Unidos

Fone: 202-647-7951

<http://www.state.gov/e/eb/>

Departamento do Tesouro dos Estados Unidos

1500 Pennsylvania Ave. N.W.

Washington, D.C. 20220 - Estados Unidos

Fone: 202-622-2000

Fax: 202-622-6415

<http://www.ustreas.gov/>

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Grupo Consultor sobre Pesquisa Agrícola Internacional

<http://www.cgiar.org/>

Comissão Européia**Diretoria Geral de Desenvolvimento**

http://europa.eu.int/comm/development/index_en.htm

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico**Comitê de Assistência ao Desenvolvimento**

<http://www.oecd.org/dac/>

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

<http://www.undp.org>

Nações Unidas**Organização de Agricultura e Alimentação**

<http://www.fao.org>

Organização Mundial da Saúde

<http://www.who.int/home-page/>

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Banco de Desenvolvimento Africano
<http://www.afdb.org>

Banco de Desenvolvimento Asiático
<http://www.adb.org>

Instituto Financeiro Internacional
<http://www.iif.com>

Banco Interamericano de Desenvolvimento
<http://www.iadb.org>

Fundo Monetário Internacional
<http://www.imf.org>

Banco Mundial
<http://www.worldbank.org>

ORGANIZAÇÕES DE PESQUISA

Instituto Empresarial Norte-Americano para Pesquisas de Política Pública
<http://www.aei.org>

Instituto Brookings
<http://www.brookings.org>

Instituto Cato
<http://www.cato.org>

**Centro de Desenvolvimento Internacional
Universidade Harvard**
<http://www.cid.harvard.edu/>

Centro para a Iniciativa Privada Internacional
<http://www.cipe.org>

Fundação Heritage
<http://www.heritage.org>

Instituto Econômico Internacional
<http://www.iie.com>

Instituto Internacional de Pesquisas de Política Alimentar
<http://www.ifpri.org>

Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
<http://www.iied.org/>

Fundação Nacional para a Democracia
<http://www.ned.org>

**Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos
Visão Global: Monitor Internacional de Pesquisa Urbana**
<http://wwics.si.edu/outreach/outcon.htm>

LEITURAS ADICIONAIS SOBRE POBREZA

Bannister, Geoffrey and Kamau Thugge. *International Trade and Poverty Alleviation (Comércio Internacional e Redução da Pobreza)*. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2001.

Bhalla, A. S. and Frédéric Lapeyre. *Poverty and Exclusion in a Global World (Pobreza e Exclusão em um Mundo Globalizado)*. New York: St. Martin's Press, 1999.

Berkman, Joanna, ed. *Foreign Aid to End Hunger: Hunger 2001 (Auxílio Externo para Terminar com a Fome: Fome 2001)*. Washington, D.C.: Bread for the World Institute, 2001.

de Soto, Hernando. *The Mystery of Capital (O Mistério do Capital)*. Washington, D.C.: Center for International Private Enterprise, 2001.

DeSipio, Louis. *Sending Money Home ... For Now: Remittances and Immigrant Adaptation in the United States (Envio de Dinheiro para Casa... Agora: Remessas e Adaptação de Imigrantes nos Estados Unidos)*. Washington, D.C.: International Dialogue, January 2000.

Dollar, David and Aart Kraay. *Growth Is Good for the Poor (O Crescimento é Bom para os Pobres)*. Washington, D.C.: World Bank, 2001.

Dollar, David and Lant Pritchett. *Assessing Aid: What Works, What Doesn't and Why (Determinação de Auxílio: O Que Funciona, o que Não Funciona e Por Quê)*. Washington, D.C.: World Bank, 1998.

Easterly, William. *The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics (A Busca Evasiva do Crescimento: Aventuras e Acidentes nos Trópicos)*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001.

Faure, Jean-Claude. *Development Co-operation Report 2000: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee (Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento 2000: Esforços e Políticas dos Membros do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento)*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, 2001.

Fox, James W. *Efficient Capital Markets: A Key to Development (Mercados de Capitais Eficientes: Chave para o Desenvolvimento)*. Washington, D.C.: U. S. Agency for International Development, 2000.

Escritório Geral de Contabilidade. *Fundo Monetário Internacional: Few Changes Evident in Design of New Lending Program for Poor Countries (Poucas Mudanças Evidentes no Projeto do Novo Programa de Empréstimos para os Países Pobres)*. Washington, D.C.: International Monetary Fund, May 2001.

Gupta, Sanjeev, Luc Leruth, and Luiz de Mello. *Transition Economies: How Appropriate Is the Size and Scope of Government? (Economias em Transição: É Apropriado o Tamanho e Escopo do Governo?)*. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2001.

Gwartney, James and Robert Lawson. *Economic Freedom of the World: 2001 Report (Liberdade Econômica do Mundo: Relatório 2001)*. Vancouver, B.C.: Instituto Fraser, 2001.

Halvorson-Quevedo, Raundi and Harmut Schneider. *Waging the Global War on Poverty: Strategies and Case Studies (Travando a Guerra Global contra a Pobreza: Estratégias e Estudos Individuais)*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, 2000.

Hanke, Steve H. and Stephen J. K. Walters. "Economic Freedom, Prosperity, and Equality: A Survey" (*Liberdade Econômica, Prosperidade e Igualdade: Pesquisa*). *Cato Journal*, vol. 17, nº 2, outono de 1997.

Hardoy, Jorge E., Diana Mitlin, and David Satterthwaite. *Environmental Problems in an Urbanizing World: Finding Solutions for Cities in Africa, Asia, and Latin America (Problemas Ambientais em um Mundo em Urbanização: Como Encontrar Soluções para Cidades na África, Ásia e América Latina)*. London: Earthscan Publications, 2001.

Cooperação Financeira Internacional. *Building Business, Creating Opportunity: 2000 Annual Report (Estabelecendo Negócios, Criando Oportunidades: Relatório Anual 2000)*. Washington, D.C.: Grupo do Banco Mundial, 2000.

- Fundo Monetário Internacional. *Fighting Poverty and Strengthening Growth: Recent Progress by the IMF and World Bank in Implementing the PRSP Approach and the HIPC Initiative (Luta contra a Pobreza e Fortalecimento do Crescimento: Recentes Progressos do FMI e do Banco Mundial na Implementação da Abordagem PRSP e da Iniciativa HIPC)*. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, abril de 2001.
- Organização Internacional de Migração. *World Migration Report: 2000 (Relatório Mundial de Migração 2000)*. Genebra, Suíça: UN Publications, 2000.
- Jazairy, Idriss, Mohiuddin Alamgir, and Theresa Panuccio. *The State of World Rural Poverty: An Inquiry Into Its Causes and Consequences (O Estado da Pobreza Rural Mundial: Pesquisa de suas Causas e Conseqüências)*. Londres: IT Publications, 1992.
- Khusro, Ali Mohammed. *The Poverty of Nations (A Pobreza das Nações)*. Nova York: St. Martin's Press, 1999.
- Lal, Deepak and H. Myint. *The Political Economy of Poverty, Equity, and Growth (A Economia Política da Pobreza, Equidade e Crescimento)*. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- Lerrick, Adam. "A Better Way to Lend a Hand." (Melhor Forma de Estender a Mão) *The International Economy*, vol. 14, nº 6, novembro/dezembro de 2000.
- Lipton, Michael, Shahin Yaqub, and Eliane Darbellay. *Successes in Anti-Poverty (Sucessos no Combate à Pobreza)*. Genebra: Escritório Internacional do Trabalho, 1998.
- Lowell, Lindsay and Rodolfo O. de la Garza. *The Development Role of Remittances in U.S. Latino Communities and in Latin American Countries (O Papel Desenvolvimentista das Remessas de Dinheiro nas Comunidades Latinas Norte-Americanas e em Países Latino-Americanos)*. Washington, D.C.: Diálogo Interamericano, junho de 2000.
- Meier, Gerald M. and Joseph E. Stiglitz, eds. *Frontiers of Development Economics: The Future in Perspective (Fronteiras do Desenvolvimento Econômico: O Futuro em Perspectiva)*. Nova York: Oxford University Press, 2000.
- Narayan, Deepa et al. *Can Anyone Hear Us? (Alguém Pode Ouvir-nos?)*. Nova York: Oxford University Press, 2000.
- Rosegrant, Mark W., Michael S. Paisner, Siet Meijer, and Julie Witcover. *Global Food Projections to 2020 (Projeções Alimentares Globais para 2020)*. Washington, D.C.: Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar, 2001.
- Ross-Larson, Bruce, principal ed. *New Paths to Social Development (Novos Caminhos para o Desenvolvimento Social)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2000.
- Ross-Larson, Bruce and Meta de Coquereaumont, principal eds. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty (Relatório de Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Atacando a Pobreza)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001.
- Shaw, William, et al. *Global Economic Prospects and the Developing Countries (Perspectivas Econômicas Globais e os Países em Desenvolvimento)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001.
- Smit, Jac, Annu Ratta, and Joe Nasr. *Urban Agriculture: Food, Jobs, and Sustainable Cities (Agricultura Urbana: Alimentos, Empregos e Cidades Sustentáveis)*. Nova York.: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas, 1996.
- United Nations Conference on Trade and Development. *The Least Developed Countries 2000 Report (Relatório dos Países Menos Desenvolvidos 2000)*. Nova York: Nações Unidas, 2000.
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. *World Investment Report, 2000: Mergers and Acquisitions, and the Impact on Development (Relatório Mundial de Investimentos, 2000: Fusões, Aquisições e o Impacto sobre o Desenvolvimento)*. Nova York, Nações Unidas, 2000.
- Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. *Recent Practices in Monitoring and Evaluation: Building a Results Framework (Práticas Recentes no Monitoramento e Avaliação: Como Construir um Sistema de Resultados)*. Washington, D.C.: Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, 2000.
- Vásquez, Ian. *Global Fortune: The Stumble and Rise of World Capitalism (Sorte Global: Fracasso e Ascensão do Capitalismo Mundial)*. Washington, D.C.: Instituto Cato, 2000.

Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar, Comitê de Desenvolvimento Agrícola e Alimentar Internacional. *A Millennium Free From Hunger: U.S. National Progress Report on Implementation of the U.S. Action Plan on Food Security and World Food Summit Commitments (Milênio Livre da Fome: Relatório de Progresso Nacional dos Estados Unidos sobre a Implementação do Plano de Ação dos Estados Unidos sobre Segurança Alimentar e Compromissos da Cúpula Alimentar Mundial)*. Washington, D.C.: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, 2000.

Banco Mundial. *Entering the Twenty-First Century: World Development Report 1999/2000 (Entrando no Século XXI: Relatório de Desenvolvimento Mundial)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1999.

Banco Mundial. *Global Development Finance, 2001 (Finanças do Desenvolvimento Global, 2001)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001.

Banco Mundial. *Partnership for Development (Parceria para o Desenvolvimento)*, primavera de 2001. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001.

Organização Mundial da Saúde. *Our Planet, Our Health: Report of the WHO Commission on Health and Environment (Nosso Planeta, Nossa Saúde: Relatório da Comissão sobre Saúde e Meio Ambiente da OMS)*. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde, 1992.

Perspectivas Econômicas

Volume 6

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Número 3

COMO COMBATER A POBREZA GLOBAL



Setembro de 2001